

Sumário

Número de notícias: 44 | Número de veículos: 26

BAHIA.BA - ECONOMIA
ANFIP

Entidades do Fisco: reforma tributária vai modernizar impostos e incentivar crescimento 5

PODER 360 - DF - ECONOMIA
ANFIP

Entidades se dividem em apoio à reforma tributária 6

POLÍTICA REAL - NOTÍCIAS
ANFIP

REFORMA TRIBUTÁRIA: Na reta final, em dia que Arthur Lira garante início da votação, entidades se manifestam sobre a proposta relatada pelo deputado Aguinaldo Ribeiro 8

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Negociação destrava e Lira acelera a votação 12

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lira quer votar reforma tributária hoje à noite 13

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo libera lote recorde de R\$ 2,1 bilhões em emendas 16

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lira foca tributária, mas governo prioriza Carf e arcabouço 18

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

O novo e o velho na reforma tributária - ADRIANA FERNANDES 20

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

As vítimas da reforma tributária (Artigo) 21

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Planalto retém R\$ 8,8 bi do orçamento secreto 22

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Votação do Carf na Câmara será depois da Reforma Tributária 24

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo fecha acordo e tenta votar projeto de lei do Carf 25

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita deve publicar portaria sobre nova regra para remessas 27

FOLHA ONLINE - SP - CONGRESSO NACIONAL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lira agenda viagem particular e põe em prática férias que Congresso nem poderia tirar 29

O GLOBO - ON LINE - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Votações do Carf e arcabouço fiscal podem ficar para o segundo semestre, dizem líderes da Câmara 31

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Câmara começa a discutir reforma tributária no plenário; votação pode ocorrer nesta quinta 32

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Como a reforma vai mexer com sua vida 33

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Presidente do INSS é exonerado; diretor de Orçamento assume 35

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Grupo de trabalho discute demandas de fundos de pensão 36

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relator atende a estados para texto poder avançar 37

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Indústria lança manifesto de apoio 39

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Não elevação de impostos deve ser premissa da reforma tributária (Artigo) 40

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Por uma reforma que não aumente a carga tributária (Artigo) 41

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad propõe ao relator solução para Conselho Federativo 42

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relator da reforma apresenta novo texto após apoios de Tarcísio e partidos 45

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma prejudica o agro, e votação às pressas é desnecessária 48

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Texto resolve 95% de disputas sobre tributos de consumo 50

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reparação da população negra por meio da tributação - CIDA BENTO 52

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
REFORMA TRIBUTÁRIA

Constrói-se um consenso sobre a reforma. (Editorial) 54

Quinta-Feira, 6 de Julho de 2023

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Não à PEC 45! (Artigo) 55

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tarcísio quer apoio de Bolsonaro ao projeto 57

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Negociações sobre reforma tributária isolam ex-presidente 58

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Como é hoje e como será o sistema de impostos 59

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Renda de commodities ainda impulsiona PIB, mas fôlego está no fim 61

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Republicanos, União e PL sinalizam apoio à reforma 64

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Novo parecer cria cesta básica com desoneração total do IVA 66

PORTAL UOL - COLUNA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Maior afronta ao pacto federativo , diz Caiado sobre reforma tributária 68

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relator diz que parecer da tributária incluirá mudanças a municípios e Zona Franca de Manaus
..... 69

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira diz que honrará acordo com Tarcísio sobre Conselho Federativo e fará alterações no FDR
..... 70

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Dólar tem leve alta após ata do Fed e com expectativa por votação da reforma tributária
..... 71

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Bolsonaro pede a deputados que votem contra a reforma tributária 72

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Revisão do Mercosul já passa da hora (Editorial) 73

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Bodes fora da sala (Editorial) 74

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Fed reforça tom duro em ata e pressiona juros globais 75

Entidades do Fisco: reforma tributária vai modernizar impostos e incentivar crescimento

Representantes das entidades de classe dos cargos exclusivos de Estado que atuam nas administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, divulgaram um manifesto, nesta quarta-feira (5) a respeito das discussões em torno da **reforma tributária**.

Por meio do Manifesto do Pacto Brasília, o grupo comentou sobre o Conselho Federativo e a preservação do pacto federativo na **reforma tributária** e avaliou que os debates em torno do tema "têm avançado para o bem do país", sobretudo em relação a alguns pontos.

Segundo os signatários do Pacto Brasília, um deles seria a "atuação do Conselho Federativo com competências administrativas em nome de Estados, Distrito Federal e Municípios com funções especificadas e delimitadas de: edição de normas regulamentares sobre o IBS; uniformização de interpretação e aplicação de normas; distribuição da arrecadação do IBS; harmonização do resultado do contencioso administrativo".

Outro ponto importante apontado foi a "preservação das atribuições dos cargos exclusivos de Estado que compõem as atuais administrações tributárias e que atuarão no Conselho Federativo com isonomia de tratamento entre os vários cargos e previsão de lei complementar para estabelecer as normas gerais aplicáveis às Administrações Tributárias da União, dos Estados e dos Municípios".

Para as entidades, a inclusão destes pontos no texto da reforma contribuirá para preservar o pacto federativo, à medida que mantém as competências dos entes federados na cobrança e fiscalização, e também na garantia da proteção ao cidadão-contribuinte. Segundo o grupo, tal modelo vai assegurar ao cidadão a atuação da administração tributária "com independência e eficiência, buscando o interesse público em total sintonia com a legalidade".

"Tais aperfeiçoamentos reafirmam o apoio das entidades do Pacto de Brasília à aprovação da **Reforma Tributária** que temos a clara convicção de que modernizará os **impostos** sobre o consumo e

poderá incentivar o crescimento sustentável do País", conclui o grupo, por meio do manifesto..

Integram o Pacto de Brasília a Federação Brasileira de Sindicatos das Carreiras da Administração Tributária (Febrafisco); Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco); Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da **Receita Federal do Brasil** (Sindifisco Nacional); Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da **Receita Federal do Brasil** (Sindireceita) e **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil (Unafisco Nacional).

Site: <https://bahia.ba/economia/para-entidades-do-fisco-reforma-tributaria-vai-modernizar-impostos-e-incentivar-crescimento-sustentavel/>

Entidades se dividem em apoio à reforma tributária

A proposta de **reforma tributária** reúne apoios e críticas de diversas entidades e setores -a medida começou a ser discutida na Câmara na noite de 4ª feira (5.jul.2023) depois de o relator do projeto, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), concluir seu texto. A Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), por exemplo, rachou ao decidir manifestar ou não seu suporte à proposta.

O presidente da federação, Josué Gomes da Silva, fez um grande esforço para que a entidade desse apoio público à **reforma tributária**. No final, houve maioria, mas com um placar que ficou longe da unanimidade. Dos 131 sindicatos da Fiesp, 52 não aceitaram a proposta de apoiar o texto -em termos percentuais, 40% ficaram contra e 60%, a favor.

A Fiesp elaborou um texto (íntegra - 160 KB) de apoio à **reforma tributária**. Entre as organizações que o assinaram estão:

Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores); Abipeças (Associação Brasileira da Indústria de Autopeças); Abiplast (Associação Brasileira da Indústria do Plástico); Abimaq (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos); Abicab (Associação Brasileira da Indústria Chocolates, Cacau, Balas e Derivados); Abimo (Associação Brasileira da Indústria de Dispositivos Médicos); Abifer (Associação Brasileira da Indústria Ferroviária); Abit (Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção) Instituto Aço Brasil; Iedi (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial); Sindleite (Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados no Estado de São Paulo); Simabesp (Sindicato da Indústria de Massas Alimentícias e Biscoitos no Estado de São Paulo).

Já entre os que não subscreveram o texto estão o Sinduscon (Sindicato da Indústria da Construção Civil), o Siaesp (Sindicato da Indústria do Açúcar) e o Sindirações (Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal).

Leia mais sobre a **reforma tributária**:

Entenda pontos propostos pelo relator da tributária; Temos sensibilizado governadores, diz Haddad sobre tributária; Cesta básica será 1,7% mais barata com tributária, diz estudo; Economistas e empresários

lançam manifesto a favor da tributária; Setor elétrico quer tratamento especial na **reforma tributária**.

A FecomercioSP -entidade paulista que reúne líderes empresariais, especialistas e consultores- disse na 3ª feira (4.jul.2023) que o texto em discussão no Congresso "é uma grave ameaça ao setor mais importante do Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro e responsável por dois terços dos empregos da economia do país: os serviços".

Segundo a entidade, a criação de um IVA (Imposto sobre Valor Acrescentado) dual "é repleta de incertezas". Entretanto, a FecomercioSP falou que há "elementos positivos no texto que irá à votação".

Na 3ª feira (4.jul), a presidente da Abear (Associação Brasileira das Empresas Aéreas), Jurema Monteiro, foi à Câmara dos Deputados pedir ajustes ao texto da **reforma tributária**. A principal reclamação das companhias aéreas é que as diretrizes do projeto impõem uma alíquota única de 25% sobre o setor, o que estrangularia as operações das empresas ao longo prazo.

O Consórcio Nordeste, formado pelos Estados que compõe a região, apoia a **reforma tributária**. Em nota (íntegra - 151 KB), a **organização** disse que a aprovação é uma "vitória para a sociedade brasileira" e que o "aperfeiçoamento" do sistema tributário sobre o consumo é "essencial para alinhar o Brasil às melhores práticas internacionais".

A Afrebras também se colocou a favor da proposta. Apesar do suporte, a Associação dos Fabricantes de Refrigerantes do Brasil disse que "reforça o posicionamento de diversos setores que pedem maiores informações sobre a versão preliminar do texto e a ampliação do canal de diálogo com a sociedade".

Entidades da **Receita Federal** declararam que "os debates a respeito da **reforma tributária** têm avançado para o bem do país", uma vez que "mantém as competências dos entes federados na cobrança e fiscalização, na garantia da proteção ao cidadão-contribuinte". Assinaram o manifesto em favor da proposta:

Febrafisco - Federação Brasileira de Sindicatos das

Carreiras de Administração Tributária da União, dos Estados e Distrito Federal; Fenafisco - Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital; Sindifiscacional - Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da **Receita Federal do Brasil**; Sindireceita - Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da **Receita Federal do Brasil**; Unafisco Nacional - **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil.

PREFEITOS CONTRA, CIDADES A FAVOR

A FNP (Frente Nacional dos Prefeitos) declarou que "prefeitas e prefeitos de capitais, médias e grandes cidades, que representam mais de 60% da população do país, são a favor de uma **reforma tributária** que simplifique a tributação, não aumente **impostos** para a população, especialmente para os mais pobres".

Segundo a Frente, "a proposta em tramitação retira a autonomia municipal, garantida na Constituição Federal". Por isso, a entidade disse que é contra a votação "neste momento", sem que haja diálogo com a FNP.

"Não é possível fazer uma **reforma tributária**, com essa forma inadequada de tramitação, retirando os recursos das cidades. É inquestionável que a tendência de recursos está na contramão da população. Enquanto as médias e grandes cidades estão ganhando moradores, os recursos disponíveis estão diminuindo", lê-se em nota da FNP (íntegra - 155 KB).

Por outro lado, a CNM (Confederação Nacional dos Municípios) disse apoiar o texto da reforma. Em **comunicado**, a entidade declarou ser "prioritária a implementação de um modelo atualizado de sistema tributário, que fortaleça o federalismo brasileiro". Eis a íntegra (2 MB) da nota assinada pelo presidente da CNM, Paulo Ziulkoski.

Site: <https://www.poder360.com.br/economia/entidades-se-dividem-em-apoio-a-reforma-tributaria/>

REFORMA TRIBUTÁRIA: Na reta final, em dia que Arthur Lira garante início da votação, entidades se manifestam sobre a proposta relatada pelo deputado Aguinaldo Ribeiro

(Brasília-DF, 06/07/2023). No dia em que o deputado Arthur Lira (Progressistas-AL), presidente da Câmara dos Deputados garantiu em declarações, por dois momentos, que iria colocar em discussão e votação a proposta de **Reforma Tributária**, a PEC nº 45 que foi proposta pelo deputado Baleia Rossi (MDB-SP) e relatada pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (Progressistas-PB) entidades divulgaram posicionamentos.

Veja algumas:

Representantes das entidades de classe dos cargos exclusivos de Estado que atuam na Administrações Tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que compõem o Pacto de Brasília divulgaram na tarde desta quarta, 5, um manifesto sobre o Conselho Federativo e a preservação do Pacto Federativo na **Reforma Tributária**.

Leia o conteúdo abaixo:

As entidades signatárias do Pacto de Brasília constatarem que os debates a respeito da **Reforma Tributária** têm avançado para o bem do País, especialmente quanto aos seguintes pontos:

- Atuação do Conselho Federativo com competências administrativas em nome de Estados, Distrito Federal e Municípios com funções especificadas e delimitadas de: edição de normas regulamentares sobre o IBS; uniformização de interpretação e aplicação de normas; distribuição da arrecadação do IBS; harmonização do resultado do contencioso administrativo;
- Preservação das atribuições dos cargos exclusivos de Estado que compõem as atuais administrações tributárias e que atuarão no Conselho Federativo com isonomia de tratamento entre os vários cargos e previsão de lei complementar para estabelecer as normas gerais aplicáveis às Administrações Tributárias

da União, dos Estados e dos Municípios;

A inclusão no texto a ser votado de tais pontos contribuirá para preservar nosso Pacto Federativo, pois mantém as competências dos entes federados na cobrança e fiscalização, na garantia da proteção ao cidadão-contribuinte, na medida em que este terá assegurado que a Administração Tributária atuará com independência e eficiência, buscando o interesse público em total sintonia com a legalidade.

Tais aperfeiçoamentos reafirmam o apoio das entidades do Pacto de Brasília à aprovação da **Reforma Tributária** que temos a clara convicção de que modernizará os **impostos** sobre o consumo e poderá incentivar o crescimento sustentável do País.

Pacto de Brasília

Colegiado integrado pelas representações associativas, sindicais e federativas dos servidores ocupantes de cargos efetivos das Administrações Tributárias da União, Distrito Federal, Estados e Municípios, constituído em 2019 para defender princípios em defesa da sociedade, da redução da desigualdade social e da administração tributária de Estado.

FEBRAFISCO - FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE SINDICATOS DAS CARREIRAS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DA UNIÃO, DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL

FENAFISCO - FEDERAÇÃO NACIONAL DO FISCO ESTADUAL E DISTRITAL

SINDIFISCONACIONAL - SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA **RECEITA FEDERAL DO BRASIL**

SINDIRECEITA - SINDICATO NACIONAL DOS

ANALISTAS TRIBUTÁRIOS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

UNAFISCO NACIONAL - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A Associação dos Fabricantes de Refrigerantes do Brasil - Afrebras, em face da publicação da versão preliminar do texto substitutivo da PEC 45/2019, vem a público manifestar-se favorável à **Reforma Tributária**, mas reforça o posicionamento de diversos setores que pedem maiores informações sobre a versão preliminar do texto e a ampliação do canal de diálogo com a sociedade. Nesse sentido, destacamos alguns pontos que geram insegurança para os fabricantes de bebidas representados pela Afrebras:

(a) Posicionamo-nos contrários à instituição do Imposto Seletivo (IS) em consequência da insuficiente definição dos produtos/serviços que serão abarcados pelo imposto. É imprescindível a precisa definição no texto constitucional do que o Estado entenderá por serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente;

(b) Consideramos necessárias maiores informações sobre o período de transição entre os sistemas tributários e o impacto ao recolhimento dos **impostos**;

(c) As discussões em torno da alteração tributária passa, necessariamente, por uma rediscussão do papel da Zona Franca de Manaus, pois a estrutura atualmente mantida por grandes multinacionais no polo manauara produzindo concentrados a preços exorbitantes, gera um conjunto de créditos que praticamente anula os efeitos da tributação nas fases subsequentes, criando uma vantagem concorrencial absolutamente artificial e perigosa, que poderá levar à concentração do mercado, ao aumento abusivo de preços e ao aumento de posição dominante, contrariando, assim, a legislação sobre concorrência (Lei n. 12.529);

(d) O modelo proposto delega diversos pontos essenciais para a regulamentação em leis complementares sem estabelecer, na Constituição Federal, limites para essa regulamentação, o que poderá ensejar um desequilíbrio tributário.

A previsão de votação da PEC 45/2019 para a primeira semana de julho demonstra a falta de disposição dos parlamentares em manter um canal de diálogo com os diversos setores produtivos, inclusive com a pequena e média indústria de bebidas. A **Reforma Tributária** está sendo movida com base em interesses eleitorais, cujo valor é reconhecido pela Afrebras, mas que não podem se sobrepor ao interesse nacional e à racionalidade exigida neste

momento.

Ficamos à disposição para ampliar o canal de discussão com o parlamento e com a sociedade a fim de alcançarmos uma reforma que seja benéfica para todos os segmentos da sociedade. Acreditamos que o diálogo e a razão prevalecerão ao final.

Assuntos Legislativos

Nota Técnica

PEC 45/2019, do Deputado Baleia Rossi (MDB/SP)

Reforma tributária sobre o consumo

Promove a reforma na tributação sobre o consumo adotando o modelo de Imposto sobre Valor Agregado

(IVA-Dual), com período total de transição em 8 anos para os contribuintes e 50 anos para os entes federativos.

Cria o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá o ICMS e o ISS, com competência compartilhada entre os estados e municípios (IVA-subnacional); define base constitucional para a criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que será de competência da União e substituirá o PIS/Cofins (IVA-federal); e institui o Imposto Seletivo (IS), de competência da União, em substituição ao IPI. Ademais, cria o Conselho Federativo do

IBS, formado por representante dos estados, DF e municípios, com a competência de recolher o referido imposto.

Desonera exportações e investimentos e mantém a Zona Franca de Manaus e o Simples Nacional. Cria o Fundo

Nacional de Desenvolvimento Regional e o Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais ou Financeiros-fiscais.

A versão mais atual da PEC 45/2019 está refletida no substitutivo apresentado em 22/06 pelo relator, Deputado

Aguinaldo Ribeiro (PP/PB), no Plenário da Câmara dos Deputados. Atualmente, aguarda votação.

2. Nossa posição - CONVERGENTE

A complexidade do sistema tributário é unanimidade e a Indústria defende sua reforma há mais de 30 anos. A **legislação tributária** conta com dezenas de **tributos** e milhares de leis que geram elevados custos para as

empresas se manterem em conformidade. O sistema tributário vigente reduz a competitividade das empresas e desestimula investimentos no país, prejudicando a integração internacional e o crescimento da economia

brasileira.

Segundo estudo da UFMG, se a **reforma tributária** em discussão tivesse sido aprovada há 15 anos, hoje o Brasil teria acréscimo de 12% no **PIB**, o que representaria R\$ 1,2 trilhão a mais com base no **PIB** de 2022, com aumento de 16,6% para a indústria; 10,6% para a agropecuária; e 10,1% para serviços. Nesse sentido, a **reforma tributária** tem a capacidade de acelerar significativamente o ritmo de crescimento econômico, beneficiando toda a

população com mais empregos, renda e justiça social.

Desde a promulgação da CF/88, este é o momento mais favorável à aprovação da **reforma tributária** sobre o consumo em razão do amplo consenso entre os atores interessados do segmento econômico. O texto proposto foca na não cumulatividade plena, na superação de desigualdades regionais, na preservação de receita dos entes

federativos e na redução da regressividade do sistema.

3. Fundamentação

O substitutivo reflete anos de discussão acerca da mudança no sistema de tributação sobre o consumo. Ao menos,

desde 1995 se discute a implementação do IVA no Brasil. É dizer: não há surpresa no debate.

O modelo proposto elimina distorções, simplifica e dá mais transparência à tributação sobre o consumo. Isso porque extingue **tributos** obsoletos e repletos de problemas - ICMS, PIS/Cofins, IPI e ISS - e adota o modelo IVA, que é eficiente, moderno e testado por mais de 170 países, portanto, está alinhado às melhores práticas

internacionais.

1 PEC 175/1995, apresentada pelo Poder Executivo.

A principal vantagem do novo modelo é o fim da cumulatividade e a garantia de restituição rápida dos saldos credores dos IVAs (IBS-CBS). Os avanços no sistema tributário brasileiro são feitos de quatro formas: i) a criação de dois IVAs de base ampla, tributando todos os bens e serviços; ii) a previsão de

direito a crédito amplo no IBS-CBS; iii) o recolhimento centralizado do IBS no Conselho Federativo e a previsão de restituição dos saldos credores do IBS antes da distribuição da receita aos estados e municípios; e iv) a determinação de que seja previsto um prazo máximo de restituição dos saldos credores de IBS-CBS. Vale ressaltar que a garantia e a rapidez na restituição dos saldos credores é a essência do IVA em todos os países que o utilizam. Sem essa garantia, o

imposto não funciona.

Acabar com a cumulatividade - distorção presente no sistema tributário brasileiro que gera uma tributação extra e oculta conhecida como "resíduo tributário" - é fundamental para dar competitividade às empresas brasileiras. Essa tributação oculta penaliza as empresas na exportação e na competição com o produto importado

no mercado brasileiro.

O novo modelo desonera os investimentos ao eliminar a incidência de um tributo não recuperável, que é o ISS, e ao prever o direito ao crédito imediato de IBS-CBS, diferentemente do que acontece hoje com os créditos de ICMS, que são apropriados em 48 meses e apenas após o início da fase operacional dos empreendimentos, e com

os créditos de PIS/Cofins, que são apropriados apenas após o início da fase operacional dos empreendimentos.

Essa regra é fundamental para reduzir o custo de se investir no Brasil, o que representa importante passo para impulsionar o crescimento econômico.

Outro destaque positivo é a adoção de uma alíquota padrão para todos os bens e serviços, com poucas 2

exceções de alíquota reduzida, o que simplifica o sistema tributário e reduz litígios. O substitutivo acerta ao limitar os regimes favorecidos a situações que também são identificadas em outros países que utilizam o IVA. Além disso, embora a redução da regressividade do sistema tributário esteja mais ligada a alterações na tributação da

renda, a adoção de uma alíquota padrão contribui para tornar o sistema menos regressivo.

O substitutivo prevê tratamento adequado às empresas optantes pelo Simples Nacional e garante os investimentos feitos na Zona Franca de Manaus. No caso do Simples Nacional, além da opção ao

contribuinte de escolher ou não a apuração de IBS-CBS por débito e crédito, é prevista a transferência de créditos dos referidos **tributos** em montante equivalente ao cobrado por meio do Simples, para os contribuintes que optarem por

permanecer integralmente no regime unificado.

A criação de um Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, com aporte de recursos da União, é outro ponto positivo do novo modelo, pois cria um mecanismo eficiente de promoção da economia das regiões menos desenvolvidas do país, em substituição aos atuais incentivos fiscais de ICMS. Ao mesmo tempo, o substitutivo prevê, corretamente, que os atuais incentivos fiscais de ICMS, convalidados até 2023 - e que estão em conformidade com a Lei Complementar no 160/2017 -, serão respeitados, por meio do Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais ou Financeiros-fiscais e da transição do ICMS para o IBS, que será feita de forma gradativa entre 2029 e 2032. Convém lembrar que a destinação da arrecadação do IBS para o local de destino das operações irá beneficiar justamente os estados e os municípios menos desenvolvidos, sendo mais um fator

importante para a redução das desigualdades regionais.

Por fim, o substitutivo acerta em manter o direito ao crédito do IBS-CBS vinculado ao tributo devido pelo fornecedor como regra geral, com opção para vinculação do crédito ao efetivo pagamento do tributo, desde

que: i) o recolhimento do imposto ocorra na liquidação financeira da operação; ou ii) o adquirente possa efetuar

o recolhimento do imposto incidente nas suas aquisições.

4. Conclusão

Diante do exposto, a CNI sugere a aprovação da PEC 45/2019.

(da redação com informações de assessoria. Edição: Genésio Araújo Jr.)

Site: <http://www.politicareal.com.br/noticias/tempo-real/595735/reforma-tributaria-na-reta-final-em-dia-que-arthur-lira-garante-inicio-da-votacao-entidades-se-manifestam-sobre-a-proposta-relatada-pelo-deputado-aguinaldo-ribeiro>

Negociação destrava e Lira acelera a votação

Táisa Medeiros Raphael Felice

A votação da Proposta de Emenda Constitucional da **reforma tributária** deve ser incluída hoje na pauta da Câmara dos Deputados. Em uma manobra regimental, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), tirou o Projeto de Lei sobre o retorno do voto de qualidade no Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**) do caminho e viabilizou o debate do texto elaborado pelo relator Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) - que fez a leitura do parecer em plenário. Ultrapassada a fase do debate, o plano de Lira é abrir a sessão hoje e votar a PEC que modifica o sistema tributário.

Uma das mudanças trazidas pelo relator em seu parecer foi a alíquota zero para produtos da cesta básica. A alteração é uma resposta aos argumentos apontados pela oposição - que utilizou um levantamento da Associação Brasileira de Supermercados (Abras) - de que a reforma encareceria os gêneros alimentícios.

"Quero crer na boa fé das pessoas, mas sai muita desinformação.

Para acabar com isso, estamos trazendo a Constituição e, na emenda estamos criando, a cesta básica nacional de alimentos tem alíquota zero. Para que ninguém fique inventando alíquota e fique dizendo que a gente vai pesar a mão sobre o pobre", criticou Aguinaldo.

Outro tópico que vinha suscitando dúvidas era se o Simples Nacional passaria por modificações.

No texto do relator, o sistema permanece vigente.

"As empresas (enquadradas neste regime tributário) poderiam optar pelo recolhimento apartado do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços, que reunirá o ICMS e o ISS), de modo a poderem se aproveitar da não cumulatividade", salienta o relatório de Aguinaldo.

Para implementar o IBS, a PEC propõe uma transição de 10 anos, iniciada por uma fase de teste de dois anos - a ser utilizada como base para definição da alíquota do novo tributo.

Na etapa seguinte, da transição propriamente dita, ao longo de oito anos, os atuais **tributos** sobre o consumo seriam substituídos pelo IBS.

Além da transição para os contribuintes, a proposta

prevê um período de adaptação, de 50 anos, para o modelo de repartição dos recursos arrecadados com o IBS. A receita passaria a pertencer ao estado e ao município de destino das operações com bens e serviços.

Há a expectativa, porém, de que o texto do relator passe por mais modificações nas próximas horas. O entendimento entre Aguinaldo Ribeiro, os governadores - que representavam o principal entrave ao texto apresentado ontem - e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, (leia na página 3) abriu o caminho para a manobra regimental de Lira.

Sem politização

O presidente da Câmara ressaltou que "erra quem tenta politizar" a reforma. "É lógico que o governo tem a responsabilidade de, no seu período, cuidar das pautas do país. Mas o Congresso é coautor, é protagonista em muitas pautas. Erra quem, neste momento, tenta politizar a **reforma tributária**. É uma pauta federativa, do Brasil", salientou, em uma crítica velada aos bolsonaristas - que têm feito campanha nas redes sociais contra o texto costurado na Câmara.

Segundo Lira, como a resistência dos governadores diminuiu, isso demonstra que todos estão em busca de uma reforma que traga mais governança e transparência. "Ninguém é contra simplificação, desburocratização, segurança jurídica, mais amplitude da base de contribuição. O que todos têm receio é da autonomia sobre a cobrança, a gestão dos recursos, o medo do desconhecido.

A gente vai tentando diminuir essas dúvidas", garantiu.

"Lógico que o governo tem a responsabilidade de, no seu período de governo, cuidar das pautas do país. Mas o Congresso é coautor, é protagonista em muitas pautas. Erra quem, neste momento, tenta politizar a **reforma tributária**.

É uma pauta federativa, do Brasil" Arthur Lira, presidente da Câmara

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/07/06/all.pdf>

Lira quer votar reforma tributária hoje à noite

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou ontem que a **reforma tributária** deve ser votada hoje à noite, em primeiro turno, no plenário da Casa. Para isso, houve intensas articulações do relator com parlamentares da oposição, governadores e prefeitos, que defendem mudanças na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/19. Ele disse ainda que alguns pontos do texto ainda estão sendo negociados, principalmente, o papel do Conselho Federativo, órgão que teria a função de arrecadar e repassar os recursos aos entes federados. O parlamentar garantiu que a resistência dos governadores está diminuindo e todos estão em busca de um texto que traga mais governança, transparência e tecnicidade ao conselho.

"A **reforma tributária**, todos defendem, ninguém é contra a simplificação, desburocratização, segurança jurídica, mais amplitude da base de contribuição. O que todos têm receio é a autonomia sobre a cobrança, a gestão dos recursos, o medo do desconhecido, e apostar que essa polarização não irá refletir no Conselho. A gente vai tentando diminuir essas dúvidas", disse Lira em entrevista à GloboNews. Ele ressaltou ainda que o país é um dos maiores potenciais de investimentos internacionais que são freados por um sistema tributário que gera insegurança jurídica. E que o sistema tributário atual é predatório e tem que ser modificado. Lira afirmou que, se o texto for aprovado, o mérito é de todos.

"O caminho é longo, o Senado pode alterar e, se alterar, ainda volta para a Câmara. Teremos uma transição longa para respeitar os incentivos, os contratos, as acomodações, sem querer prejudicar nenhum setor, e diminuído desigualdades grotescas", desta

cou. Arthur Lira afirmou ainda que não se trata de matéria de interesse do governo ou da oposição, mas uma reforma que interessa ao país. De acordo com o presidente, o governo tem a responsabilidade de cuidar das pautas do Brasil, mas o Congresso é protagonista. "Erra quem tenta politizar a **reforma tributária**. É uma pauta do Brasil, precisamos de um texto neutro, que não aumente a carga", ponderou Lira.

Questionado se o governo tem liberado emendas parlamentares para facilitar a aprovação da reforma,

Lira disse que se trata de um instrumento lícito e constitucional. Para ele, este é um assunto republicano e não é proibido. Lira afirmou que a liberação de emendas parlamentares é algo inerente ao Parlamento. "O governo está ciente dos compromissos que fez em relação à execução orçamentária de 2023", disse.

Em relação às outras duas matérias da pauta econômica, o voto de qualidade no **Carf** e o arcabouço fiscal, Lira disse que o foco neste momento é a **reforma tributária**. Ele destacou que o **Carf** é importantíssimo para servir de fonte para o arcabouço e que o texto está sendo discutido entre o relator e as bancadas. Ele afirmou acreditar que a proposta que retoma o voto de qualidade no conselho ainda pode ser votada nesta semana.

ARCABOUÇO Já o arcabouço Lira deu indicações de que as modificações feitas pelo Senado poderão ser analisadas mais para a frente. "O projeto do arcabouço, na sua maioria, está pacificado, e quero ser sincero, ainda não me reuni com os líderes sobre o assunto, pois temos a **reforma tributária** e o **Carf**. Vamos ver ainda a posição partidária sobre a manutenção ou não do que foi modificado pelo Senado", explicou.

Em publicação em suas redes sociais, Lira pregou diálogo. "O momento é de diálogo e de acolhermos as sugestões de governadores, prefeitos e da sociedade. Não vamos transformar a **reforma tributária** numa batalha político-partidária e nem aproveitá-la para ganhar uma notoriedade momentânea", escreveu.

O relator da **reforma tributária**, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), afirmou que alguns pontos do texto ainda estão sendo negociados com líderes partidários, governadores e prefeitos: a centralização da arrecadação no Conselho Federativo, o Fundo de Desenvolvimento Regional e as regras de transição. Ele destacou que a reforma tem sido objeto de inúmeras reuniões e que o texto está "nos ajustes finais". "Estamos em um momento de diálogo e vamos fazer a convergência entre as sugestões dos estados em tudo o que for possível. No que não houver consenso, a gente vai para o painel", afirmou.

Tarcísio tenta quebrar resistências no PL

São Paulo - O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), informou ontem que irá se reunir com o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) hoje na tentativa de convencê-lo a rever sua posição contrária à **reforma tributária**. O encontro se dará na sede do PL, em Brasília. Na terça-feira, o partido divulgou uma nota, assinada por Bolsonaro, com duras críticas à PEC, sinalizando que a sigla iria orientar voto contrário à proposta na Câmara. O título do **comunicado** dizia que a reforma do PT é "um verdadeiro soco no estômago dos mais pobres" e acusava o governo de aumentar "de forma absurda" os **impostos** sobre a cesta básica.

Após se reunir com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na manhã de ontem, Tarcísio admitiu recuar da principal crítica que vinha fazendo ao texto da reforma. Essa inflexão foi confirmada pelo presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, que foi à Câmara dos Deputados ontem. "Eu pedi uma conversa com o Tarcísio hoje e fiquei animado, e marquei de falar amanhã, às 8h, com o Bolsonaro, para ver se ele convence o pessoal lá. O Tarcísio acha que dá para o pessoal [votar a favor], porque já tentamos fazer no governo Bolsonaro. Se tiver uns ajustes, ele acha que dá para fazer, dá para tocar", disse Valdemar.

O presidente do PL afirmou ainda que, mesmo assim, a ala mais bolsonarista tende a votar contra. "O que eu sinto? O pessoal de direita vai votar contra. E tem um pessoal de centro-direita que, se o Tarcísio convencer o Bolsonaro, eles teriam condições de votar a favor."

Em reunião com parlamentares do Republicanos nesta quarta (5), o chefe do Executivo paulista afirmou que São Paulo não é contra a reforma e disse que são necessários ajustes pontuais no texto. "Estamos falando de questões muito pontuais e até, porque não dizer simples, de a gente equacionar. Perfeitamente possível de equacionar de hoje para amanhã, de hoje até sexta-feira. De maneira que eu vejo uma possibilidade concreta de a gente votar a **reforma tributária**."

Ele também afirmou que esse não é um texto de governo, mas sim de Estado. "Não é uma emenda à Constituição de governo, é uma proposta de Estado, que foi pensada há muito tempo. Cá para nós, está avançando porque o Parlamento está com a vontade de mudar", afirmou.

Segundo o líder do partido na Câmara, Altineu Cortes (RJ), uma decisão da legenda só será tomada após a reunião. De um lado, parlamentares defendem que o PL feche questão contra a proposta. De outro, avaliam que é possível liberar a bancada para tomar decisão.. "Amanhã o governador Tarcísio vai conversar com o presidente Bolsonaro. O governador Tarcísio e o

governador Claudio Castro apresentaram diversas sugestões de mudanças no texto", disse Altineu.

ENQUANTO ISSO...

... GOVERNO LIBERA R\$ 2,1 BI EM EMENDAS

Às vésperas da votação da **reforma tributária** na Câmara, o governo federal liberou ontem R\$ 2,1 bilhões em emendas impositivas. É o maior valor de emendas liberado em um único dia desde o início do mandato de Lula. Os dados são do Portal do Orçamento Federal. Por partido, o maior volume de recursos foi para o PP, partido do presidente da Casa, Arthur Lira, um total de R\$ 232.481.903,90. Na sequência, estão PL (R\$ 108.719486,50), União Brasil (R\$ 38.298.660,50), Republicanos (R\$ 26.841.231,10), PT (R\$ 15.438.431), MDB (R\$ 7.998486) e PSD (R\$ 5.894.547,70).

Confederação de Municípios defende aprovação

A Confederação Nacional de Municípios (CNM), entidade que representa 5.202 prefeituras, manifestou apoio público à aprovação da **reforma tributária** que deve ser votada em primeiro turno hoje na Câmara dos Deputados. "Nós participamos dos debates acerca do tema há anos, atuando ativamente na construção dos textos em tramitação no congresso nacional", disse o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, destacando ainda que "o Brasil vive um pandemônio tributário". "É prioritária a implementação de um modelo atualizado de sistema tributário, que fortaleça o federalismo brasileiro, busque proporcionar a simplificação, amplie a segurança jurídica e, conseqüentemente, impulsione o desenvolvimento econômico e social do país", emendou Ziulkoski.

A CNM também ressalta um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), mostrando que, dos 5.568 Municípios brasileiros, cerca de 98% ganham arrecadação com a **Reforma Tributária** em um período de 20 anos, estimado para a transição da proposta. Os municípios representados pela entidade concentram cerca de 154 milhões de pessoas.

Segundo a CNM, o relator da proposta, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), acatou uma proposta de criar um "seguro-receita" garantido até 2079, separando 3% da arrecadação do IBS, para os 108 municípios que podem perder arrecadação. O fim de certos **impostos** estaduais e municipais é uma crítica dos opositores à reforma. O governador Romeu Zema, por exemplo, chegou a dizer que a proposta "fere o pacto federativo". A **reforma tributária** também estabelece o Imposto Seletivo (IS), uma sobretaxa sobre produtos e serviços que prejudiquem a saúde ou o meio ambiente.

A centralização da arrecadação no Conselho Federativo também é alvo de ressalva de prefeitos e governadores. Ele seria responsável pela divisão do imposto em duas frentes, arrecadando os **tributos** e repassando aos entes federativos o que é visto como perda de autonomia, no entanto, ele ainda passa por discussões sobre como será sua governança. "Sobre o Conselho Federativo, temos um pacto com governadores e prefeitos de paridade e representatividade e estamos negociando a melhor forma de fazer isso", disse o relator Aguinaldo Ribeiro. Por afetar a capacidade tributária dos estados e impactar diferentes setores do consumo, a proposta cria ferramentas de compensação, como uma espécie de cashback.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/06/07/2023/p1>

Governo libera lote recorde de R\$ 2,1 bilhões em emendas

Thiago Resende e Mateus Vargas Brasília e São Paulo

O presidente Lula (PT) liberou um lote de R\$ 2,1 bilhões em emendas parlamentares e bateu um novo recorde em meio a negociações no Congresso de projetos da área econômica.

A autorização de repasses ocorreu nesta terça (4) e se concentrou em recursos do Ministério da Saúde, que vinha sendo bastante criticado pelo centrão pela demora na destinação do dinheiro.

O recorde anterior era de R\$ 1,7 bilhão, registrado no fim de maio, durante a votação da MP (medida provisória) da Esplanada, quando Lula quase sofreu a maior derrota do governo com a iminência de perder a votação sobre a estrutura que montou para os seus ministérios.

Desta vez, o governo concentrou a liberação de recursos para emendas de bancada -projetos apadrinhados por deputados e senadores de cada estado. Portanto, o dinheiro atende a pleitos de parlamentares de diversos partidos, sendo governistas ou não.

Líderes do centrão dizem que esses tipos de repasses não resolvem as principais questões apresentadas pelo Congresso ao Palácio do Planalto, pois são emendas obrigatórias. No entanto, manter esses recursos travados ampliaria o desgaste do centrão com Lula, que tenta expandir a base de apoio no Congresso.

O governo Lula enfrenta uma semana decisiva na Câmara, com votações do PL (projeto de lei) que trata da retomada do chamado voto de qualidade no **Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais)** e o projeto que cria um novo arcabouço fiscal, além da **reforma tributária**.

Integrantes do Palácio do Planalto afirmam que as dificuldades para o plenário da Câmara votar as propostas até sexta-feira (7) não devem estar relacionadas ao pagamento de emendas, pois, na avaliação de articuladores de Lula, o fluxo desses recursos tem sido satisfatório.

Além das emendas obrigatórias, o governo deu início à liberação da verba de R\$ 9,9 bilhões das antigas

emendas de relator -principal moeda de troca nas negociações entre Jair Bolsonaro (PL) e o Congresso. O Planalto tem usado essa fatia do Orçamento para tentar ampliar a base política.

Foram R\$ 465 milhões do Ministério da Saúde para redutos eleitorais de aliados do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), no início do mês. E, nesta terça, houve autorização de outro lote, de cerca de R\$ 200 milhões, para municípios de interesse do centrão.

Porém, o ritmo de destinação dos R\$ 9,9 bilhões ainda é considerado lento. Até hoje, só R\$ 1 bilhão foi usado. Esse dinheiro não tem o carimbo de emenda parlamentar, mas Lula tem usado o recurso nas negociações políticas.

Em relação aos R\$ 2,1 bilhões empenhados nesta terça, a liberação é oficialmente classificada como uma emenda parlamentar. Desse total, R\$ 1,42 bilhão teve bancadas estaduais como autoras.

A maior beneficiada foi a do Maranhão, com R\$ 171,1 milhões encaminhados, seguida pela bancada de Santa Catarina (R\$ 147,9 milhões).

Também foram autorizadas R\$ 707 milhões em emendas individuais. A senadora Eliane Nogueira (PP-PI) teve R\$28 milhões em emendas empenhadas na terça (4), maior volume em emendas individuais.

Eliane propôs as emendas quando ocupava o cargo de seu filho, o senador Ciro Nogueira (PP-PI), que estava afastado do Congresso para exercer a função de ministro da Casa Civil de Bolsonaro.

A maior fatia (R\$ 301 milhões) de emendas individuais empenhadas no dia 4 foi apresentada por parlamentares do PP. Na sequência, deputados e senadores do PL tiveram R\$ 149 milhões em emendas encaminhadas no lote liberado na mesma data.

O Orçamento de 2023 reserva R\$ 36,5 bilhões em emendas individuais, de bancadas estaduais e das comissões temáticas do Congresso. Desse valor, foram empenhados R\$ 9,8 bilhões até terça-feira e pagos R\$ 3 bilhões.

No caso das emendas individuais, cada deputado indicou a destinação de cerca de R\$ 32 milhões. A

cota dos senadores é maior, de R\$ 59 milhões. O governo é obrigado a encaminhar esses recursos.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50329>

Lira foca tributária, mas governo prioriza Carf e arcabouço

Apesar da insistência do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), em iniciar a votação da **reforma tributária** nesta semana, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem centrado esforços na tentativa de destravar a tramitação do projeto do **Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais)** e do novo arcabouço fiscal -mais urgentes, neste momento, na visão de integrantes do Executivo.

Para a equipe econômica e auxiliares palacianos, as duas propostas têm preferência na ordem de prioridades do governo, embora a reforma também seja considerada uma pauta estratégica.

Lira tem dito que espera conseguir votar os três itens até sexta-feira (7), mas sinalizou a possibilidade de antecipar a votação da PEC (proposta de emenda à Constituição) da **reforma tributária** dizendo que ela é "o foco principal do Congresso". Ele tem afirmado a interlocutores que está cuidando das negociações em torno desse texto, enquanto os outros estão a cargo dos líderes partidários.

O argumento do presidente da Câmara é que a **reforma tributária**, por ser uma PEC, não esbarra na trava imposta pela urgência do projeto do **Carf** -que não reuniu o consenso e está impedindo a votação de outros textos, como o arcabouço.

O governo preferia manter o foco nos projetos do **Carf** e da nova regra fiscal. A retomada do voto de desempate da Fazenda nos julgamentos de conflitos tributários no conselho é considerada uma medida estruturante e com peso relevante para a arrecadação.

Na manhã desta quarta-feira (5), o ministro Fernando Haddad (Fazenda) teve uma reunião com o ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais) na tentativa de destravar as negociações sobre o **Carf**. A proposta é tão estratégica que a equipe econômica já cedeu em pontos importantes do texto na tentativa de aprová-lo.

Segundo relatos, o próprio gabinete do ministro deu aval ao artigo que autoriza empresas em boas condições financeiras a negociarem débitos em atraso com descontos - uma mudança que, na avaliação de técnicos, desfigura a ferramenta da transação tributária, até então focada em negociações mais flexíveis com empresas em situação de dificuldade.

Mesmo assim, até o começo da noite de quarta-feira (5) os parlamentares não arriscavam uma perspectiva para o texto do **Carf** ser apreciado em plenário. A interlocutores, Lira sinalizou ao falar sobre o tema que a discussão está mesmo voltada à **reforma tributária**.

De acordo com relatos colhidos pela Folha, ao longo do dia foram feitos ajustes na proposta do **Carf** atendendo a demandas da bancada da agropecuária, que era uma das principais a se posicionar contrariamente ao texto. A FPA (Frente Parlamentar da Agropecuária), que reúne 300 deputados e é uma das maiores forças da Casa, chegou a divulgar nota na terça (4) criticando a retomada do voto de qualidade.

Agora, deputados afirmam que o relatório de Beto Pereira (PSDB-MS) já estaria pronto e faltaria dar prosseguimento às negociações políticas entre governo federal e Legislativo. Nas palavras de um deputado que está a par das tratativas, isso significa maior celeridade do Executivo em liberar emendas e cargos negociados.

A Fazenda e o Palácio do Planalto também têm urgência em aprovar o novo arcabouço fiscal, que já foi validado uma vez pela Câmara, mas precisa passar por nova votação diante das mudanças feitas pelo Senado Federal. O desfecho na formulação da regra fiscal é crucial para eliminar incertezas na formulação do Orçamento de -20-24.

Assessores palacianos reforçam que, desde o início do ano, esta sempre foi a prioridade número 1 do governo para a agenda Legislativa e querem garantir sua aprovação assim que possível.

Integrantes do governo tentam se mostrar otimistas com a possibilidade de recolocar **Carf** e arcabouço fiscal na pauta da Câmara, mas há receio nos bastidores de que o "esforço concentrado" prometido por Lira acabe embolando a pauta econômica.

Alguns membros do governo ressaltam que não haveria grande problema em deixar a votação da tributária para agosto e que a promessa de apreciação do texto na primeira semana de julho foi um compromisso feito por Lira -que agora quer honrá-lo a despeito de resistências que foram apresentadas a

pontos do texto.

Padilha disse que o governo vai apoiar o esforço concentrado e fez questão de ressaltar que essa é uma iniciativa dos parlamentares.

Mas o ministro afirmou ainda que a prioridade é a votação do marco fiscal.

"O central é aprovar o marco fiscal nesta semana. Tanto o texto original da Câmara, quanto o texto do Senado, os dois criam regras fiscais equilibradas, combinando responsabilidade fiscal com social. Vamos trabalhar para que nesta semana a gente conclua essa votação", disse Padilha ao portal Metrôpoles.

Líderes partidários argumentavam necessitar de mais tempo para debater o texto da reforma com parlamentares. E dizem não haver votos suficientes para aprovação da PEC, que precisa do voto favorável de 308 deputados em dois turnos no plenário da Casa antes de seguir para o Senado.

O governo, por sua vez, descarta adiar as votações do **Carf** e do arcabouço. Nas palavras de um aliado de Lula, é preciso manter a urgência do primeiro como forma de pressionar pela apreciação e aprovação do projeto. Do contrário, ele pode acabar sendo engavetado. IdianaTomazelli, Victoria Azevedo, Marianna Holanda, Thiago Resende e Julia Chaib.

Tarcísio vai discutir reforma com Bolsonaro

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), deve se reunir com o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) na manhã desta quinta-feira (6), na tentativa de convencê-lo a rever sua posição contrária à **reforma tributária**. O encontro se dará na sede do PL, em Brasília. Na terça (4), o partido divulgou nota, assinada por Bolsonaro, com duras críticas à PEC, sinalizando que a sigla iria orientar voto contrário à proposta na Câmara. O título do **comunicado** dizia que a reforma do PT é "um verdadeiro soco no estômago dos mais pobres" e acusava o governo de aumentar "de forma absurda" os **impostos** sobre a cesta básica. Após reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, nesta quarta (5), Tarcísio admitiu recuar da principal crítica à reforma. Essa inflexão foi confirmada pelo presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, presente na Câmara dos Deputados.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50329&maxTouch=0&anchor=6479808&pd=3372f83f100e51f60f3fa40e608ab6d5>

O novo e o velho na reforma tributária - ADRIANA FERNANDES

ADRIANA FERNANDES

As últimas 72 horas de negociações da **reforma tributária** em Brasília provocaram uma **agitação intensa** entre os negociadores da proposta na Câmara, governo, seus defensores e os críticos, que querem derrubar a votação prevista para começar nesta semana.

Ao longo da terça-feira, a percepção mais visível nos bastidores era de que a votação não aconteceria e a reforma ficaria para agosto, com a votação dos projetos do **Carf** e do arcabouço na frente da alteração no sistema tributário. Um cenário considerado de alto risco para a proposta vingar no primeiro ano do governo Lula.

Brasília tinha amanhecido tomada por prefeitos, governadores, procuradores (sobretudo dos municípios), advogados tributaristas, representantes de entidades empresariais e todo tipo de lobista para buscar interferir no relatório do deputado Aguinaldo Ribeiro, que no final do dia antecipou pontos do relatório que serão alterados para consolidar os votos.

Governadores dos Estados do Sul e Sudeste se uniram para brigar por mais peso no Conselho Federativo, órgão previsto no parecer preliminar e que vai passar um "lifting" para atender o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, e outros Estados contrários.

A reunião dos governadores no Consórcio de Integração Sul e Sudeste (Cosud) foi um divisor de águas. O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, colocou as cartas na mesa e deixou claro que os Estados das duas regiões não vão deixar o caminho aberto para Norte e Nordeste dominarem o Conselho Federativo, que vai gerir a arrecadação bilionária do novo imposto, o IBS. "É importante que haja um quórum regionalizado", disse Leite, que sempre se posicionou a favor da reforma, mas quer mudanças no texto.

Se o acordo for selado em torno da reformulação da governança do conselho, é possível que a união dos governadores do Sul e Sudeste marque um momento de inflexão nas relações federativas. Os Estados com maior poder econômico vão buscar mais influência política nas grandes decisões, em um espaço que

consideram que foi drenado nos últimos anos, sobretudo no colegiado que trata das questões tributárias, o Confaz, e o Comitê de Secretários de Fazenda (Comsefaz).

Com maior número de Estados, o Nordeste e o Norte ganharam mais representatividade nos últimos anos.

É a velha disputa entre os Estados mais ricos e os mais pobres.

Quem tem mais dinheiro quer mandar mais. Resolvido o impasse com os Estados, outro flanco foi aberto: cresce um movimento para incluir na Constituição medida de redução do custo da folha de salários.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

As vítimas da reforma tributária (Artigo)

Everardo Maciel Consultor tributário, foi secretário da Receita Federal (1995-2002)

Antes restrita ao Congresso Nacional e a grupos de especialistas, a batalha desencadeada pela Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n.º 45, embora não se conheça o texto a ser submetido à deliberação legislativa, passou a ser objeto de impressionante campanha publicitária nas ruas e nos aeroportos, afora incursões maciças na mídia.

Devem ser muito poderosos os interesses que financiam essa rica propaganda.

Em sua versão original, aquela PEC se apresentava como o IVA 4.0, com alíquota única, simplificação mediante a simplista via da fusão de **tributos**, fim da guerra fiscal e da cumulatividade, princípio do destino, etc.

Muitas dessas pretensões, entretanto, foram desmoronando com o tempo. O IVA passaria a ser dual, haveria várias alíquotas, o fim da guerra fiscal poderia ser adiado. Isso faz lembrar o comediante Groucho Marx: "Esses são os meus princípios, porém, se não estiverem satisfeitos, eu tenho outros".

Intencionalmente ou não, confunde-se a ilegal guerra fiscal com competição fiscal lícita.

Há guerra fiscal, porque jamais prosperaram os projetos de disciplinamento da matéria, como previsto na Constituição de 1988. Essa negligência legislativa serve de pretexto para interditar a utilização de incentivos fiscais na correção das desigualdades regionais de renda. Em compensação, cogita-se criar um fundo para concessão de subsídios a empresas, cujo montante, fonte de financiamento e critérios de partilha são desconhecidos.

Alguém iria fazer investimentos fiando-se em subsídios que constariam de orçamentos públicos de baixa credibilidade, em um país que nem sequer honra o pagamento de precatórios?

A Federação, resguardada por cláusula pétrea constitucional, se vê ameaçada por um conselho federativo com exorbitantes poderes na gestão de **impostos** dos Estados e municípios e competência para submeter projetos de lei complementar ao Congresso Nacional. Não se sabe quais são os critérios para sua composição nem as regras para suas deliberações.

Eis uma verdadeira geringonça federativa.

Além das regiões menos desenvolvidas da Federação, são também vítimas, inicialmente, quase todos os contribuintes.

Posteriormente, vários setores lograram ser excluídos dessa armadilha. Os que restaram penalizados se concentram no âmbito dos comerciantes e prestadores de serviços. Ressalvados os que se beneficiam, percebe-se que a maior alegria dos contribuintes é escapar desse projeto, cujo objetivo é, afinal, promover um severo deslocamento de carga tributária entre contribuintes.

Everardo Maciel, Consultor tributário, foi secretário da **Receita Federal** (1995-2002)

Sítio: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Planalto retém R\$ 8,8 bi do orçamento secreto

Após meses de cobrança de parlamentares, o governo federal começou na última semana a acelerar o repasse dos valores do antigo orçamento secreto, como forma de consolidar sua base no Congresso e evitar reveses em votações importantes na reta final para o recesso do Legislativo, que começa no próximo dia 18. Até o momento, o montante de R\$ 1 bilhão foi liberado, principalmente por meio do Ministério da Saúde. O fluxo, no entanto, ainda reserva a maior parte dos valores para o segundo semestre: há R\$ 8,8 bilhões disponíveis (o equivalente a 90%) e pastas que sequer usaram o mecanismo.

Ontem, o Ministério da Saúde realizou o empenho de outros R\$ 215 milhões, conforme mostrou O GLOBO, levando o total autorizado até o momento para R\$ 679 milhões. Entretanto, mesmo esse patamar corresponde a apenas 22% do que a pasta tem à disposição para gastar até 31 de dezembro.

Segundo portaria publicada no início do ano, esses recursos são focados, por exemplo, na construção e reforma de unidades de saúde, renovação de frotas de ambulâncias, equipamentos de saúde bucal e para pagamentos de salários de equipes novas ou já existentes de médicos.

Desta fatia, a maior parte da verba distribuída desde a semana passada, R\$ 197,6 milhões, foi encaminhada para Alagoas, estado de lideranças influentes do Congresso, como o presidente da Câmara, Arthur Lira (PPAL), e o senador Renan Calheiros (MDB-AL). A necessidade de melhorar a articulação, acelerando a partilha de recursos e atendendo mais parlamentares, já foi vocalizada por Lula em reunião com ministros.

Na Câmara, o movimento foi criticado pela oposição.

-Quando pegamos a lista da liberação de emendas e olhamos os picos de liberação, percebemos que aquele sistema que foi tão condenado no governo anterior continua a passos largos-afirmou a deputada Adriana Ventura (Novo-SP).

O dinheiro faz parte de um montante de R\$ 9,8 bilhões que o Executivo herdou com o fim do orçamento secreto, extinto após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em dezembro de 2022. Esses recursos ficaram à disposição do governo federal.

Tecnicamente, não são emendas parlamentares, já que a alocação é de iniciativa livre de cada ministério. Este bolo, no entanto, é visto pelo Congresso como passível de indicação, fruto de um acordo feito pelo Executivo com o Congresso ainda na época da transição de governo.

DISPUTA POR CONTROLE Os recursos da Saúde não são os únicos que geram interesse de congressistas. O Ministério das Cidades tem R\$ 2,4 bilhões para distribuir, e o da Integração Regional, R\$ 1,9 bilhão. Essas duas pastas praticamente não liberaram nenhum dos recursos previstos.

No caso do Ministério das Cidades, a única liberação até o momento foi uma autorização de R\$ 50 milhões para uma obra em Belém (PA), cidade do ministro Jader Filho (MDB).

As duas pastas devem investir em obras, como pavimentação em cidades e estradas, ou em aquisição de equipamentos, como máquinas agrícolas.

Em maio, o governo federal publicou uma série de portarias tentando criar travas para a liberação dos recursos, como privilégio a cidades com baixo Índice de Desenvolvimento Humano, além de priorizar projetos específicos.

Há também dois ministérios que ainda não empenharam sequer um real: Desenvolvimento Social, que tem Wellington Dias à frente, e Esporte, comandado por Ana Moser.

Por trás do ritmo de repasses do antigo orçamento secreto está uma disputa entre Executivo e Legislativo sobre o controle orçamentário. A gestão de Jair Bolsonaro, para garantir governabilidade, franqueou mais espaços aos parlamentares, o que está na origem da criação do mecanismo depois eliminado pelo Judiciário. A gestão petista, embora também use os repasses como instrumento de ampliação de espaços, especialmente em períodos de votações vistas como mais relevantes, tenta diminuir a influência dos parlamentares sobre a destinação dos recursos e retomar o manejo.

Ao GLOBO, no início da semana, o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PTBA), tratou o embate como ponto central da crise entre Planalto e

Congresso que se arrasta deste o início do ano.

-O Lula quer fazer governo, projeto macro. Não dá para transferir toda capacidade de investimento ao Parlamento -disse.

RECORDE PARA UM DIA O Planalto afirma que essas liberações atendem a critérios definidos com antecedência, mas a "poupança" de R\$ 8,8 bilhões do extinto orçamento secreto ainda em poder dos ministérios dá margem para o Executivo no segundo semestre atender bases eleitorais de parlamentares.

Em outra modalidade de liberação de recursos, o governo Lula repassou R\$ 2,1 bilhões em emendas de bancada ontem, o maior valor em um único dia desde o início deste governo. Esse tipo de emenda, entretanto, sofre com duas limitações: em primeiro lugar, é direcionada para todos os parlamentares, da base aliada ou não; em segundo lugar, foi decidida pelos parlamentares da última legislatura, já que o orçamento foi aprovado em 2022, antes do governo Lula.

Além disso, muitos desses pagamentos seguem um cronograma divulgado de forma antecipada: no caso das emendas de bancada, por exemplo, o prazo final para aprovação ou rejeição dos convênios foi no último dia 30. Logo, a liberação dos recursos está acontecendo esta semana, que é decisiva para a agenda econômica do Planalto. Além da **reforma tributária**, o governo quer aprovar o arcabouço fiscal e o projeto de lei que restabelece o voto de qualidade no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Votação do Carf na Câmara será depois da Reforma Tributária

MANOEL VENTURA

O projeto que muda o **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, o tribunal da **Receita Federal**, deve ser votado na Câmara somente após a aprovação da **Reforma Tributária**. Ontem à noite, ao deixar a Fazenda, o ministro Fernando Haddad disse que, depois de algumas negociações, o texto "evoluiu muito".

-O **Carf** está muito organizado.

Depois de algumas negociações, evoluiu muito o texto. Foi melhor esperar o **Carf**, porque consolidamos um projeto que foi além do previsto - afirmou Haddad.

A proposta do **Carf** tranca a pauta da Câmara para outros projetos de lei, mas não impede a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que muda o regime tributário. O projeto do arcabouço fiscal, no entanto, que sofreu alterações no Senado, ficará por último da fila, entre os três textos que devem ser apreciados pela Câmara esta semana.

Pela manhã, Haddad se reuniu com a bancada do agronegócio. Os deputados querem mudanças para apoiar o texto do **Carf**. A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) é uma das principais frentes de oposição ao projeto defendido por Haddad.

De acordo com participantes da reunião de ontem, as conversas avançaram e é possível fechar um acordo para o texto ser votado até o fim desta semana.

VOTO DE QUALIDADE MANTIDO

O parecer do deputado Beto Pereira (PSDB-MS), no **Carf**, manteve o voto favorável ao governo, o chamado voto de qualidade, quando houver empate nas decisões do tribunal administrativo que julga causas tributárias. Desde 2020, o empate entre os julgadores beneficia o contribuinte.

O parlamentar, no entanto, acolheu um acordo fechado entre o governo e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que exclui as multas e juros cobrados dos contribuintes quando o julgamento for favorável ao Fisco pelo voto de qualidade.

Normalmente, os contribuintes derrotados no **Carf** vão

à Justiça. Deputados ligados ao agronegócio levaram a Haddad uma proposta para que a execução de garantias de contribuintes derrotados no **Carf** só ocorra depois do trânsito em julgado (decisão final) de recursos apresentados à Justiça. Seria uma forma de apoiar o projeto do **Carf**.

Outra mudança prevê que a autoridade administrativa estará sujeita à responsabilização funcional quando cometidos abusos na aplicação da **legislação tributária**. O texto sugerido impede também a liquidação antecipada de garantias nos casos em que o suposto débito tributário esteja assegurado por fiança bancária ou seguro garantia, ante a inexistência de prejuízo ao Fisco quando da eventual liquidação futura, após o trânsito em julgado de decisão de mérito desfavorável ao contribuinte.

BUSCA DE APOIO

As propostas estão sendo discutidas pelo governo.

Há um temor, entre os parlamentares, de que o texto possa abrir uma brecha para pagamento retroativo de débitos tributários decididos no **Carf**. Por isso a bancada ruralista tem uma posição contrária ao projeto.

Na terça-feira, a FPA divulgou nota defendendo a rejeição do projeto, o que levou Haddad a chamá-los para discutir o texto. A avaliação é que, com a oposição da FPA, havia chances reais de que a proposta fosse rejeitada.

Tido como prioritário, o tema chegou ao Congresso como projeto de lei enviado pelo Executivo com urgência constitucional.

As mudanças propostas pela equipe econômica podem gerar uma arrecadação de até R\$ 50 bilhões nas contas públicas. Não foram feitas estimativas, porém, após a nova versão do texto do deputado Beto Pereira.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Governo fecha acordo e tenta votar projeto de lei do Carf

O governo elencou o projeto de lei do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** como prioridade e fechou acordo nessa quarta-feira (5) com a bancada ruralista para aprovar o projeto. Além disso, encaminhou entendimento com os líderes do Centrão para votar o texto após a **reforma tributária**.

A proposta é uma das principais apostas do governo para elevar a receita. Mas a indefinição sobre o projeto preocupa o Ministério da Fazenda, segundo interlocutores da área econômica, por causa do impacto que a medida tem para o planejamento orçamentário.

O governo conta com o texto do **Carf**, que restabelecerá o voto de qualidade em favor da União em caso de empate no julgamento de litígios tributários, para aumentar a arrecadação e, com isso, ajudar a viabilizar a meta de resultado primário igual a zero no próximo ano. A possibilidade de que a proposta só seja votada em agosto, após o recesso informal, poderia prejudicar a elaboração da lei orçamentária de 2024 e os planos de investimento do Executivo no próximo ano. O governo esperava aumentar a arrecadação em cerca de R\$ 50 bilhões com o retorno do voto de qualidade, mas o número pode mudar a depender do estoque e também do texto que será ou não aprovado pelo Congresso.

Em reunião com os ruralistas, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, chegou a falar para "deixar para lá" a tributária e priorizar o **Carf**, segundo relato de parlamentares que chegou aos ouvidos do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e o revoltou.

O projeto tramita em regime de urgência e está trancando a pauta da Câmara. Por isso, enquanto não é votado, também impede que as modificações feitas pelo Senado no projeto do novo arcabouço fiscal sejam analisadas pelos deputados. À imprensa, ontem à noite, o ministro disse que "os três projetos são importantes".

"O **Carf**, depois das negociações que nós fizemos aqui na Fazenda, está muito organizado também", disse.

Lira viajará para o exterior com a família na sexta-feira à noite e a Câmara deve ficar esvaziada na próxima semana. Por isso, o governo vê risco que o **Carf** e o arcabouço só sejam votados em agosto. O Orçamento

de 2024 precisa ser enviado pelo governo ao Congresso até 31 de agosto deste ano. O Ministério do Planejamento e Orçamento está elaborando a peça.

Preocupado com o possível atraso, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, e o líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), se reuniram com Republicanos, PP, União Brasil e Cidadania no Palácio do Planalto para negociar a tramitação. Guimarães disse que o **Carf** será aprovado após a reforma e que há possibilidade de que a sessão seja virtual, com voto pelo celular, caso fique para a próxima semana. Os líderes não quiseram comentar o teor do acordo com o governo, mas deputados dessas bancadas dizem que há promessa de liberação de emendas parlamentares ao longo dos próximos dias.

Haddad conseguiu um importante aliado na votação do projeto: a bancada ruralista. O grupo criticou a proposta na terça-feira, após a divulgação do parecer do deputado Beto Pereira (PSDBMS), mas ontem decidiu apoiá-lo.

Segundo o deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), vice-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), a bancada entendeu a preocupação do governo com o **Carf** e negociou ajustes. "A FPA vai apoiá-lo", disse.

Entre as mudanças está que a fiança bancária ou seguro garantia dados em processos judiciais só serão executados após o trânsito em julgado (fim dos recursos), que os funcionários da Receita responderão administrativamente por "abusos na aplicação de multas" e que julgamentos de cooperativas sobre um ato de integração sejam refeitos.

Por outro lado, a bancada passou a concordar com a volta do voto de qualidade - quando o presidente da turma no **Carf**, que é sempre um representante da Receita, desempata os processos e, em 95% das vezes, decidia a favor da União. No governo Bolsonaro, o empate passou a favorecer o contribuinte. O parecer de Pereira acatou o acordo de um "meio-termo": se o representante do Fisco garantir a vitória da União no critério de desempate, o contribuinte terá que pagar o total da dívida, mas ficará isento de multa de ofício e de responder a processos

penais por fraude.

Além disso, se quitar o débito sem questioná-lo na Justiça, ficará isento dos juros e poderá pagá-lo em até 12 parcelas, com o uso inclusive de créditos de prejuízo fiscal e de CSLL. Já quem decidir recorrer à Justiça poderá não apresentar garantia em dinheiro ou bens no processo se atestar a "capacidade de pagamento" por um auditoria.

"O **Carf**, depois das negociações está muito organizado também" Fernando Haddad

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Governo fecha acordo e tenta votar projeto de lei do **Carf**

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187595>

Receita deve publicar portaria sobre nova regra para remessas

Adriana Mattos

Representantes do varejo, de plataformas estrangeiras e da **Receita Federal** se reuniram ontem para tentar avançar no debate do novo programa de remessas internacionais do governo. O Valor apurou que, pelo que foi discutido, uma portaria deve ser publicada pela Receita nos próximos dias sobre como será o processo de adesão às novas regras.

Ainda há, porém, uma série de dúvidas sobre o funcionamento do programa e da capacidade de fiscalização dos Correios e da Receita sobre as mercadorias importadas, após a chegada das remessas.

Participaram da reunião virtual o subsecretário da Receita, Jackson Corbari, membros do IDV, principal entidade de empresas do varejo, e representantes de plataformas como Shein e Shopee, apurou o Valor.

Segundo portaria publicada na sexta-feira pelo Ministério da Fazenda, a partir de 1º de agosto envios internacionais de até US\$ 50 serão isentos de imposto de importação de 60% se a plataforma on-line estiver dentro do novo programa.

Na reunião foi informado que o transportador da remessa - Correios ou as empresas privadas de "courier" - farão a adesão ao novo programa, o Remessa Conforme, e as plataformas e seus lojistas farão o envio dos produtos por meio desses operadores habilitados.

O envio pode ser feito dentro ou fora do Remessa Conforme.

São entre 800 mil e 1 milhão de encomendas enviadas diariamente ao país, logo, cada uma delas estará dentro ou fora desse novo sistema.

Isso eleva o grau de complexidade da fiscalização, concordam sites estrangeiros e redes locais, pelos menos nos primeiros meses de implementação das regras.

Se a empresa enviar a compra pelo Remessa Conforme, o consumidor fica isento dos 60% de imposto de importação nos envios de até US\$ 50, e o desembaraço das mercadorias será mais rápido.

Haverá a incidência de 17% de ICMS sobre o valor total da compra (incluindo frete e seguro) Caso o envio ocorra fora do Remessa Conforme, continuam a valer as regras em vigor hoje, com cobrança do imposto de 60%, além do ICMS de 17%.

Se o consumidor comprar algo numa plataforma que usa um transportador certificado, ela terá o "selo de conformidade". Se não tiver o selo, a compra será transportada fora do novo sistema.

Muitos dos pontos levantados pelas plataformas e redes na reunião de ontem passavam por esses temas. "Ainda há dificuldade de entender os impactos e como o modelo funcionará. Teremos uma fase de transição pela frente. O fato é que teremos uma espécie de dois "corredores" de produtos chegando ao país, um dentro e outro fora do programa", disse uma pessoa que esteve na reunião.

Ainda ontem, ao ser questionada, a Receita disse que está "trabalhando" para se adequar ao novo formato e eventuais atrasos na implementação, se ocorrerem, não devem ser significativos, apurou o Valor. Há possibilidade de não haver adesão imediata ao programa, segundo a ABCComm, entidade do comércio online.

O IDV deve se reunir com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, entre esta semana e a próxima, para apresentar sugestões de alíquotas para se definir um novo imposto de importação nas remessas internacionais. Esse assunto já havia sido tratado em encontro entre Haddad e o IDV, no último sábado, e ficou acertado que o instituto faria análises e sugerir alíquotas que possam estabelecer isonomia tributária das redes com as plataformas estrangeiras.

O tema foi tratado depois de duas críticas que o setor varejista fez à forma como o governo conduziu a discussão sobre o tema do imposto nessas remessas. Como o Valor antecipou na sexta-feira, o tema da isenção nunca foi discutido com líderes do varejo, apesar dos encontros ocorridos, com o ministério e a presidência da República, neste mês, para tratar de mudanças nas regras.

Após a publicação da portaria, Haddad disse que haveria uma segunda fase do programa, com prováveis ajustes, e o varejo passou a defender a

definição de uma nova alíquota. Segundo uma fonte, já há um entendimento entre varejistas que essa taxa não pode ficar abaixo de 25%, que é o imposto de importação de vestuário.

"A palavra hoje é isonomia, é garantir a isonomia tributária entre as redes e as plataformas.

Estamos trabalhando para trazer a realidade dos **impostos** ao ministro, e a decisão cabe a ele. Não vamos definir nada, vamos apresentar as informações ao ministro e propostas para buscar uma equidade", disse Jorge Gonçalves Filho, presidente do IDV. Ele não mencionou alíquotas possíveis.

Paralelo a esse movimento, o Valor apurou que o IDV vem ampliando a discussão sobre a isenção de imposto e o novo programa junto às indústrias. A ideia é trazer a Fiesp, a federação das indústrias de São Paulo, para esse debate, considerando o efeito da entrada de importados no país no setor produtivo, e não apenas no varejo.

O presidente da Fiesp, Josué Gomes da Silva, comanda a Coteminas.

Na quinta-feira passada, um dia antes do anúncio da isenção dos 60%, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteve com Gomes.

Naquela tarde, a Shein e a Coteminas anunciaram acordo para produção de roupas da Shein em unidade da Coteminas em Natal (RN).

A Coteminas enfrenta situação financeira difícil. O acordo com a Shein envolve a entrada de recursos na Coteminas como capital de giro. Gomes é filho de José Alencar, vice-presidente na gestão do presidente Lula, de 2003 a 2010, e tem relação próxima com membros do atual governo. Procurada, a Fiesp não se pronunciou.

*

"Estamos trabalhando para trazer a realidade dos **impostos** ao ministro, e a decisão cabe a ele"

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187595>

Lira agenda viagem particular e põe em prática férias que Congresso nem poderia tirar

João Gabriel

Parlamentares afirmam que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), informou a líderes partidários ter agendado uma viagem particular com a família para a semana que vem. Para isso acontecer ele irá promover, na prática, a antecipação e ampliação de um recesso que, pela lei, o Congresso Nacional nem sequer poderia tirar.

A Constituição determina que deputados e senadores só podem tirar as férias do meio de ano -de 19 a 31 de julho- se Câmara e Senado aprovarem a tempo o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, o que não ocorrerá neste mês.

Apesar disso, os congressistas já tinham pactuado tirar a folga mesmo assim, o chamado "recesso branco". Com a antecipação promovida por Lira, as férias informais serão maiores, subindo de duas para três semanas.

Parlamentares ouvidos pela Folha afirmaram que o presidente da Câmara tinha manifestado intenção de participar de cruzeiro do cantor Wesley Safadão, que partirá na segunda-feira (10) da Flórida (EUA), com passagem pela chamada "ilha exclusiva do Safadão nas Bahamas".

"Vamos ver os melhores shows do Brasil com Wesley Safadão, Bell Marques, Zé Neto E Cristiano, Dubdogz, Léo Santana, Murilo Huff, Eric Land, Marcynho Sensação, EME, Tirullipa e muito mais", diz o site de vendas ao listar uma série de atrações.

O site afirma que as cabines mais caras e exclusivas do navio já estão esgotadas. A mais barata, sem janela, é vendida por R\$ 5.408 por pessoa.

Como presidente da Câmara, coube a Lira convocar um "esforço concentrado" dos parlamentares em Brasília para esta semana, de segunda a sexta, com a previsão de votações do arcabouço fiscal, que vai enterrar o teto de gastos do governo, as novas regras do **Carf**, a última esfera administrativa dos litígios tributários, e a **reforma tributária**.

Com isso, vários deputados ouvidos pela Folha afirmaram que após esta semana só pretendem voltar a Brasília em agosto.

Ou seja, o recesso, que deveria começar no dia 19, e apenas se as diretrizes orçamentárias tivessem sido aprovadas, deve não só acontecer como ser maior.

Deputados já dão como certo que as atividades da Câmara acabam nesta sexta (7), independentemente da aprovação ou não das pautas prioritárias do governo.

A Folha procurou desde terça-feira (4) a assessoria de imprensa de Lira, questionando o porquê da ampliação de férias que, pela Constituição, não poderiam ser tiradas, e se ele iria mesmo ao "cruzeiro do Safadão".

Não houve confirmação nem negativa, apenas a afirmação de que o deputado nega que irá viajar já nesta sexta, conforme relatado reservadamente por alguns parlamentares.

Congressistas também disseram que outro parlamentar que viajará ao exterior na semana que vem é o líder da bancada da União Brasil, Elmar Nascimento (BA), um dos principais aliados de Lira.

Ele e o presidente da Câmara, por exemplo, viajaram a Portugal na semana passada, para o seminário jurídico patrocinado pelo instituto fundado pelo ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Gilmar Mendes.

Também na ocasião, Câmara e Senado ficaram cerca de 15 dias sem atividades de maior relevo, tendo em vista já ter se tornado tradição o esvaziamento de Brasília no período dos festejos de São João.

O deputado baiano pediu a membros de sua bancada que seja feito um esforço para aprovar a **reforma tributária** até esta sexta, para os deputados não precisem comparecer à Câmara na próxima semana.

Questionado pela Folha, Elmar confirmou que irá para os Estados Unidos, mas não deu detalhes. Sobre a ida ao "cruzeiro do Safadão", também não confirmou nem negou o interesse: "Não sei, se me convidarem é

capaz de eu ir, eu gosto muito".

A reportagem também enviou perguntas à sua assessoria desde terça, mas não houve resposta.

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/07/lira-agenda-viagem-particular-e-poe-em-pratica-ferias-que-congresso-nem-poderia-tirar.shtml>

Votações do Carf e arcabouço fiscal podem ficar para o segundo semestre, dizem líderes da Câmara

Por Victoria Abel e Manoel Ventura - Brasília

A votação do projeto que define as regras do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**) e do arcabouço fiscal pode ficar para o segundo semestre, no retorno do recesso parlamentar. A avaliação é de líderes partidários e do vice-presidente da Câmara dos Deputados, Marcos Pereira (Republicanos-SP).

Os parlamentares afirmam que os debates e votações do primeiro e segundo turno da **Reforma Tributária** devem ocupar a agenda da Casa até sexta-feira. Na próxima semana, o presidente Arthur Lira (PP-AL) estará fora de Brasília e poderá adiantar o recesso parlamentar.

Com o aperto e indefinições sobre o projeto do **Carf**, que ainda está sendo ajustado pelo relator Beto Pereira (PSDB-MS) e o ministério da Fazenda, Lira empurrou a análise do tema para depois da **reforma tributária**.

Um dos pontos que devem ser alterados no texto é a possibilidade de auditores da Receita firmarem acordos tributários com os contribuintes antes da inscrição do débito na dívida ativa. Essa possibilidade foi aberta pelo relatório do deputado Beto Pereira (PSDB-MS), mas não é consenso no plenário da Câmara e nem no governo. Isso porque seria possível negociar débitos chamados recuperáveis.

A versão em discussão na Câmara manteve o voto favorável ao governo quando houver empate nas decisões do tribunal administrativo que julga causas tributárias. É o chamado voto de qualidade. Desde 2020, o empate entre os julgadores beneficia o contribuinte.

Tido como prioritário, o tema chegou ao Congresso como projeto de lei enviado pelo Executivo com urgência constitucional. As mudanças propostas pela equipe econômica podem gerar uma arrecadação de até R\$ 50 bilhões nas contas públicas. Não foram feitas estimativas, porém, após a nova versão do texto do deputado Beto Pereira.

As negociações também travaram por resistência da

bancada ruralista, representada pela Frente Parlamentar do Agronegócio (FPA). Há um temor entre os parlamentares de o texto abrir uma brecha para pagamento retroativo de débitos tributários decididos no **Carf**, especialmente de produtores rurais. Por isso a posição contra da bancada ruralista.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/07/06/votacoes-do-carf-e-arcabouco-fiscal-podem-ficar-para-o-segundo-semester-dizem-lideres-da-camara.ghtml>

Câmara começa a discutir reforma tributária no plenário; votação pode ocorrer nesta quinta

Brasília

Esplanada.

/
Camila Costa, do R7, em Brasília

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/camara-comeca-a-discutir-reforma-tributaria-no-plenario-votacao-pode-ocorrer-nesta-quinta-05072023>

Após uma semana de negociações, os deputados federais começaram a discutir o texto da **reforma tributária** no plenário nesta quarta-feira (5). A previsão é que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), pautará a votação do primeiro turno para esta quinta (6). Por se tratar de uma proposta de emenda à Constituição (PEC), a **reforma tributária** precisa dos votos favoráveis de 308 dos 513 deputados, em dois turnos.

As articulações em torno da aprovação das pautas econômicas, que incluem o projeto da volta do voto de qualidade do Conselho Administrativo da **Receita Federal (Carf)**, movimentaram a Câmara desde o começo da semana. Governadores e prefeitos estiveram na Casa para negociar de perto as mudanças no texto.

Compartilhe esta notícia no WhatsApp

Compartilhe esta notícia no Telegram

Lira afirmou que o momento é "de diálogo e de acolhermos as sugestões de governadores, prefeitos e da sociedade", na tentativa de chegar a um texto de consenso.

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, também esteve na Câmara para negociar apoio à proposta. Segundo ele, o apoio à reforma dependeria da composição e dos critérios de gestão do Conselho Federativo (novo órgão previsto na proposta) e de outros ajustes técnicos, além de sugestões ligadas ao agronegócio.

Em meio ao conflito político, o governo federal liberou R\$ 2,1 bilhões em emendas parlamentares nesta terça (4). Paralelamente à autorização dos recursos, o R7 apurou que deputados participaram de reuniões nos ministérios para a negociação de cargos na

Como a reforma vai mexer com sua vida

Encampada pelo governo Lula e apressada pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), a **reforma tributária** pode ser votada pelos deputados entre hoje e amanhã.

Uma mudança no sistema tributário do País é debatida há pelo menos 35 anos. Nessa primeira fase, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma prevê apenas alterações nos **tributos** que incidem sobre consumo.

Veja abaixo o que deve mudar com a reforma.

1. Os brasileiros vão pagar mais **impostos**?

O governo diz que a reforma não vai aumentar a carga tributária.

Isso significa que eventuais aumentos em um setor serão compensados por reduções em outros.

2. O preço dos itens da cesta básica vai subir?

Não é possível saber, pois as alíquotas dos novos **impostos** ainda não estão definidas - isso será feito posteriormente.

Os itens da cesta básica, porém, estão na categoria de produtos que entrarão na alíquota reduzida. Se confirmados estudos preliminares do Ministério da Fazenda com alíquota única de 25%, os produtos da cesta básica seriam taxados em 12,5%. Por uma sugestão da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), o relator da proposta, Aguinaldo Ribeiro (Progressistas- PB), avalia a isenção total de **tributos** em 37 itens - hoje, a cesta básica tem 1,3 mil produtos.

3. O que é o cashback?

Quem vai receber?

O cashback prevê a devolução de parte do imposto que incide sobre o consumo. Ele será destinado para a população de baixa renda. Em maio, em entrevista ao Estadão, o secretário extraordinário de **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, disse que ainda discutia o desenho operacional para garantir o cashback e que o desconto poderia ser feito "na boca do caixa".

4. A indústria vai pagar menos **impostos**?

O setor industrial deve ser o maior beneficiado pela atual reforma, que aumenta a uniformidade das cobranças. Atualmente, a indústria é atingida com maior intensidade pela carga tributária - e paga cerca de 34% dos **impostos** federais.

Com alíquota única, o segmento deve pagar menos **impostos**.

O governo diz que isso ajudará a gerar empregos e reativar o setor.

5. É verdade que os serviços ficarão mais caros e, por isso, a reforma vai afetar a classe média?

A carga tributária média sobre serviços pode subir, com a maior uniformização dos **impostos**. Appy disse que o setor de serviços, de modo geral, será beneficiado com a reforma pelo crescimento econômico e afirmou que algumas áreas do setor serão beneficiadas com redução de carga tributária. Ele apontou que os tomadores de serviço podem ter redução de 7% a 13% na carga pelas mudanças no sistema.

6. Se o setor de serviços pode ter aumento de carga tributária, educação, saúde e transporte público vão ficar mais caros?

Não. A proposta prevê que serviços de educação, saúde, transporte público coletivo e alguns medicamentos estarão excluídos da regra geral de alíquota única. Nesses casos, a alíquota cobrada será equivalente a metade (50%) da alíquota única. Também terão tarifa reduzida produtos agropecuários in natura e atividades artísticas.

7. Remédios vão ficar mais caros?

Não. Parte dos remédios deve ter alíquota reduzida a metade da alíquota única e há ainda medicamentos, como os de tratamento para o câncer, que estão na terceira opção de alíquota zero.

8. A **reforma tributária** pode afetar o preço de serviços de streaming como Netflix, Disney+ e MAX?

Conforme divulgado pelo Ministério da Fazenda, o projeto do governo pode ter impacto nos serviços de streaming, mas essa elevação seria, segundo a pasta, compensada pela redução sobre o preço da energia elétrica.

9. Como a reforma afeta os combustíveis?

A Confederação Nacional dos Transportes (CNT) diz que uma das preocupações em relação à proposta que tramita na Câmara é a possibilidade de que haja um aumento nos principais insumos do setor, como combustíveis, energia elétrica e mão de obra. O governo defende que haverá compensações.

10. O crédito no Brasil pode encarecer?

Em um evento da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), em abril deste ano, o presidente da Febraban, Isaac Sidney, disse que a aprovação de uma **reforma tributária** pode reduzir o custo de crédito no País.

11. O IPTU vai subir?

Não há previsão de aumento do IPTU na reforma.

No Congresso, foram incluídos dispositivos sobre outros **impostos**, além dos relativos ao consumo, como o IPTU.

O que a reforma faz é autorizar os prefeitos a atualizar a base de cálculo do imposto por meio de um decreto, ou seja, sem a necessidade de aprovação pelos Legislativos municipais.

12. E o IPVA?

Embora a reforma seja destinada para os **tributos** de consumo, essa primeira fase também prevê que itens de luxo, como jatos e lanchas, sofram incidência de IPVA, assim como já ocorre com os automóveis.

13. Quais **tributos** pagamos hoje e não irão existir mais?

Cinco **tributos** que existem hoje serão extintos caso a reforma seja aprovada pelo Congresso.

São eles: Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e Imposto sobre Serviços (ISS).

14. O que entra no lugar?

No lugar do IPI, PIS e Cofins, que são de arrecadação do governo federal, o Brasil terá a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). A União define a alíquota neste caso. No lugar do ICMS e do ISS, que são arrecadados por Estados e municípios, o Brasil terá o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Os Estados e

municípios definem a alíquota neste caso. Também será criado o Imposto Seletivo, que é federal, para onerar mais os bens e serviços que o governo quer desestimular, por serem prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, caso de cigarros.

15. Uma vez aprovada, a reforma passa a valer imediatamente?

Não, haverá uma fase de transição.

O novo modelo pode estar plenamente implementado, para todos os **tributos**, só em 2033.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Presidente do INSS é exonerado; diretor de Orçamento assume

O governo promoveu ontem uma troca na presidência do Instituto Nacional de Seguro Social (**INSS**): foi exonerado do cargo Glauco André Wamburg, que ficou cinco meses no comando interino da autarquia, e foi nomeado ex-procurador federal e até então diretor de Orçamento, Finanças e Logística do órgão, Alessandro Stefanutto. A mudança saiu no "Diário Oficial da União".

Wamburg foi nomeado em fevereiro como presidente interino do **INSS**. Sua gestão, contudo, foi se prolongando até o início deste mês. O Valor apurou que já havia uma insatisfação com o trabalho dele, principalmente por parte dos servidores do **INSS**. Apesar de funcionário de carreira, ele foi uma indicação política e ganhou notabilidade como advogado do ex-deputado estadual e presidente nacional do PTB, Marcus Vinicius, o Neskau.

Já a gota d'água para a exoneração, apurou o Valor, foi o suposto uso irregular de passagens aéreas e diárias pagas pela União. A denúncia foi feita pelo portal Metrôpoles na semana passada. De acordo com o noticiário, Wamburg costumava viajar de Brasília para o Rio de Janeiro às quintas, sextas ou segundas-feiras, para, supostamente, cumprir agendas de interesse próprio. A decisão de trocar a presidência do **INSS** foi tomada na semana passada pelo ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi. A mudança foi oficializada ontem.

Ao Valor, Wamburg, negou que tenha feito uso irregular de passagens aéreas e diárias. "São inverídicas tais informações. À frente do **INSS**, realizei algumas viagens, a maior parte acompanhando agenda ministerial. Tenho residência no Rio e estão querendo usar isso para dar uma conotação não verdadeira a esse tema. É muito comum que as viagens sejam realizadas para sanar e suprir demandas locais de caráter estratégico para a gestão", afirmou.

Ele também disse ser grato pela oportunidade de presidir o **INSS**. "Como servidor de carreira do **INSS** sou grato pela oportunidade de ter ocupado o mais alto posto da autarquia que pertenceo.

Desejo muito sucesso ao atual presidente, para que cuide dessa casa a que pertenceo." Stefanutto participou do grupo técnico de **Previdência Social**

durante o governo de transição.

Sua nomeação já era aguardada, pelo bom relacionamento com os servidores do **INSS** e também com integrantes do Partido dos Trabalhadores (PT).

Procurador federal e procurador-geral do **INSS** entre 2011 e 2017, Stefanutto é considerado por interlocutores do ministro Carlos Lupi uma pessoa capacitada para assumir o cargo, por conhecer os problemas internos do **INSS** e por ser sensível também aos problemas externos, como a fila de requerimentos.

Ele terá como principais missões "arruma a casa", nas palavras de pessoas próximas à direção, e reduzir o estoque de pedidos de aposentadorias, pensões e de outros benefícios em análise no **INSS**.

Em entrevista nesta quarta-feira, 5, o ministro Carlos Lupi destacou que Stefanutto, apesar de procurador federal, tem uma trajetória de serviços prestados ao **INSS**, com "dignidade" e "lealdade".

"Ele era diretor nosso, comprovou a sua competência e tem nossa inteira e total confiança", afirmou o ministro.

"É importante como foi bem visto na categoria dos funcionários a sua seleção, você é um homem humilde, sincero e profundamente competente, vai dar certo", completou Lupi ao se dirigir ao novo presidente do **INSS**, em fala durante evento para lançamento do Portal da Transparência Previdenciária, que reúne dados sobre a chamada "fila" do **INSS**. O evento e a troca na presidência foi uma coincidência, disse Lupi.

Alessandro Stefanutto: Principal missão do novo presidente do órgão é "arrumar a casa"

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187595>

Grupo de trabalho discute demandas de fundos de pensão

Juliana Schincariol Do Rio

Dirigentes de fundos de pensão e agentes do governo vão apresentar propostas para o Conselho Nacional de **Previdência Complementar** (CNPCC) com o objetivo de modernizar o setor. Temas como retirada de patrocínio e suspensão de equacionamentos serão os primeiros a serem discutidos pelo grupo. Segundo o presidente da Abrapp, associação que representa os fundos de pensão, Jarbas de Biagi, o grupo apresentará propostas nos próximos meses.

Na semana passada foi formado um grupo de trabalho para debater os temas. São nove integrantes, entre eles o secretário do regime próprio e complementar do Ministério da **Previdência Social**, Paulo Roberto dos Santos; o superintendente da Previc (regulador do setor), Ricardo Pena; e o presidente da Anapar (associação que representa participantes das fundações), Marcel Barros, além de Biagi.

"Nunca vimos uma oportunidade tão grande, é o momento que teremos para simplificação das normas", afirma o presidente da Abrapp. Todas as propostas que serão apresentadas visam alterações infralegais, e não há previsão de mudança na legislação. Segundo Biagi, poderão resultar na atração de novos participantes e também de patrocinadores. O setor não tinha um novo patrocinador desde 2005, mas, recentemente, a consultoria Aditus optou por fazê-lo, na contramão da tendência.

Nos dois últimos anos, há um movimento de retirada de patrocínios - isso aconteceu em dezenas de entidades, de diferentes portes. É o caso, por exemplo, da Banesprev, do antigo Banespa, comprado pelo Santander. Apesar de a regra de retirada de patrocínio estar consolidada, a Abrapp entende que pode ser revisitada. "A retirada de patrocínio é uma medida drástica, podemos ver se é possível chegar a algum termo", diz Biagi.

Com relação aos equacionamentos de déficits, a proposta é revisar a resolução 30 do CNPCC, que trata do tema. A Abrapp considera que a regra é de boa qualidade.

"Ninguém imaginava uma pandemia e uma conjuntura tão adversa nos últimos três anos. A resolução é focada na foto [das fundações]. Temos que trabalhar

um pouco mais no filme. Temos equacionamentos frequentes. Precisamos debater os números para não focar só em determinado exercício", defende o executivo.

Além disso, as regras que determinaram a marcação a mercado dos títulos públicos em planos de contribuição definida aumentaram a volatilidade dos resultados.

Hoje, a Abrapp vai realizar uma reunião para ouvir as demandas do setor, com a participação de mais de 150 entidades. Entre outros temas que serão levados ao grupo de trabalho estão exigências de certificação e experiência de dirigentes, alterações nas regras de investimentos em imóveis e no exterior, questões tributárias, marcação de títulos e dosimetria de pena de autos de infração.

"Retirar patrocínio é medida drástica, podemos ver se é possível chegar a algum termo" Jarbas de Biagi

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187595>

Relator atende a estados para texto poder avançar

Rafaela Gonçalves, Edla Lula

Após pressão de governadores e prefeitos, o relator da **Reforma Tributária**, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), admitiu que faria alterações em pelo menos três itens do texto em análise na Câmara. Com a disposição em acatar sugestões, houve melhora no ambiente político, uma vez que os estados, até a terça-feira, eram o principal obstáculo para a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC).

Pelo menos nove governadores e cerca de 400 prefeitos estiveram em Brasília nos últimos dias para reuniões de articulação e de alterações no texto. Entre as negociações estão a definição das regras do Conselho Federativo, a divisão do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) e um novo cálculo de transição para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) - que será criado pela reforma para substituir o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS, estadual) e o Imposto sobre Serviços (ISS, municipal).

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), havia sugerido a criação de uma câmara de compensação para que os governos estaduais repassassem os recursos recolhidos no novo IBS, sob argumento de que o Conselho seria uma afronta à autonomia dos estados na arrecadação. Após críticas de outras unidades da Federação, ele cedeu e passou a admitir a possibilidade de apoiar a cobrança centralizada.

"Quando propusemos a câmara de compensação, a lógica foi a preocupação com a governança do Conselho. Ora, se tenho uma governança mais frouxa, preciso de uma arrecadação mais na mão do estado", argumentou.

O Conselho foi uma questão apontada como irreduzível pelos governadores. Daí porque propuseram mudanças no colegiado, com a possibilidade de quorum regional e aprovação em duas etapas. Em nome do Consórcio de Integração Sul e Sudeste, o governador Eduardo Leite (PSDB-RS) defendeu que seja levada em conta a aprovação regional das interpretações sobre a aplicação da futura legislação.

"Forma-se uma maioria para aprovar, que precisa também de 50% ou 2/3 dos votos regionalmente.

Senão, teria 16 votos do Norte e Nordeste, formando uma maioria. Não é adequado que duas regiões tomem as decisões", explicou.

Já o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, encaminhou ao relator Aguinaldo Ribeiro uma alteração no Conselho que, em sua opinião, contempla a todos. Pela proposta, o critério seria de aprovação pelo número de estados e, também, pelo tamanho da população.

"Qual era a preocupação? Se faz pela população, os estados do Sudeste somam um percentual muito grande da população. Se faz pelos estados, o Norte e Nordeste conseguem rapidamente ter maioria. Então, os dois critérios têm de ser atendidos. Para passar no Conselho Federativo, tem que ter maioria nos estados e maioria na população", afirmou Haddad.

Aglutinação

Ao assumir o protagonismo das negociações, Tarcísio conseguiu aglutinar os governadores em torno da reforma. Segundo ele, está "muito fácil construir o entendimento" sobre o texto.

"São Paulo vai ser um parceiro no debate, na aprovação da **reforma tributária**. Estamos aqui para isso, para gerar convencimento.

A gente sabe que é importante para o Brasil. Diria que a alavanca que está faltando agora, para a gente ter um impulso, os pontos nossos são fáceis de serem ajustados", disse, após o encontro com o ministro da Fazenda.

Em relação à regra de transição para o IBS, a contraproposta apresentada pelos governadores é fazer uma alíquota simbólica de 1% do IBS e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) - que vai substituir o PIS e a Cofins, ambas contribuições federais.

O relator apresentou, ontem à noite, uma transição de 10 anos, iniciada por uma fase de teste de dois anos - a ser utilizada como base para definição da alíquota do novo tributo.

Haddad disse que recebeu "com simpatia" a proposta apresentada e que recomendaria ao relator que a incorpore ao texto, com uma "redação alternativa ou conciliatória" à que foi apresentada por Tarcísio. "Não estamos aqui mirando o número de votos necessários para aprovar (a reforma). Queremos superar o número mínimo para passar a ideia, assim como aconteceu com o marco fiscal", observou.

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
Relator atende a estados para reforma tributária avançar

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/07/06/all.pdf>

Indústria lança manifesto de apoio

Fabio Grecchi

A **reforma tributária** deve ir à votação nas próximas horas não somente porque os governadores e o relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), começaram a se entender sobre pontos que consideravam difíceis de serem digeridos - sobretudo porque reduzem a arrecadação e retiram a autonomia da aplicação dos recursos oriundos dos **impostos**. Mas, também, porque a matéria recebeu um apoio de peso, ontem: o da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

A entidade e outras congregações empresariais lançaram um manifesto em apoio à reforma. O documento destaca, entre outros aspectos, que "o Brasil (...) precisa de mais investimentos, mais inovação, menos burocracia, ser mais competitivo, mais eficiente (...).

Tais objetivos exigem uma **reforma tributária** abrangente, homogênea e moderna".

O manifesto pedia a adoção do imposto sobre o valor adicionado, o IVA, que é proposto pela reforma e tem o potencial de reduzir substancialmente a carga de **tributos** pagos pela indústria.

"Apoiamos com convicção essa causa porque ela é boa e necessária para o país", propuseram as entidades, citando estudos que apontam, em 15 anos, um impulso de 12% a 20% ao Produto Interno Bruto (**PIB**) a partir da aprovação da reforma. "Isso significa, em dinheiro de hoje, R\$ 1,2 trilhão a mais circulando na economia", salientaram.

Em resposta às críticas dos setores de serviços e do agronegócio, que terão maior carga se a reforma passar como está, o documento sustenta que todos os setores econômicos e sociais vão ganhar se o Brasil tiver um sistema de recolhimento de **impostos** mais racional. "O tempo e os recursos desperdiçados com a burocracia dos **impostos** poderão ser investidos de maneira mais produtiva", assinalam as associações.

Avanço gradativo

O peso da adesão dos governadores e das principais entidades do setor industrial debelou resistências que, segundo observadores, eram mais de natureza ideológica do que realmente tributária - confirmada pela atuação de Tarcísio de Freitas (Republicanos), governador de São Paulo, junto ao ex-presidente Jair

Bolsonaro para reduzir a oposição ao texto. É o caso da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), que afirmou que apoiaria a reforma, mas pretende que sete pontos considerados prioritários constem do relatório de Aguinaldo Ribeiro. Entre os pleitos, está a adoção de uma alíquota para o agronegócio que corresponda no máximo a 20% do percentual padrão, estimado em 25% - pedido considerado um dos mais difíceis de serem atendidos, pois outros setores, como saúde, transportes e educação, também querem tratamentos diferenciados.

Na direção contrária, porém, a Associação Nacional dos Restaurantes (ANR) considerou que o texto da reforma que está sendo construído resultaria em aumento da carga tributária. Diz que "apoia a simplificação do sistema e a desoneração da folha do setor de serviços que mais emprega no Brasil e rechaça o possível aumento da já elevada carga tributária brasileira, o que limitaria o crescimento do foodservice (setor de alimentação fora do lar), da oferta de postos de trabalho e colocaria em risco a sustentabilidade financeira de muitos negócios".

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
Indústria lança manifesto de apoio à **reforma tributária**

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/07/06/all.pdf>

Não elevação de impostos deve ser premissa da reforma tributária (Artigo)

Victor Bicca, Presidente da Abir - Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas não Alcoólicas

Entramos na reta final de negociações sobre a **reforma tributária**. E, mais uma vez, volta ao debate uma possível taxação de bebidas açucaradas, conhecida como sugar tax. Não é de hoje que tentam a todo custo sobretaxar -de forma discriminatória- um setor que já tem uma das cargas tributárias mais altas da América Latina: 36,9% do preço de comercialização.

Talvez uma das questões mais urgentes do país no momento, a **reforma tributária** é aguardada com ansiedade também pela indústria, que há décadas faz malabarismos para oferecer o melhor preço ao consumidor e manter os níveis de emprego em meio a crises financeiras, pandemia e um sistema tributário complexo.

Além de insegurança jurídica, que é muita, somos um setor que passou por nada menos que 11 mudanças de alíquota nos últimos cinco anos na Zona Franca de Manaus, por exemplo. Como conseguir se planejar para inovar, se desenvolver e prosperar, gerando emprego e renda, em meio a esse tipo de instabilidade?

Mudar essa lógica é mais que urgente, mas para isso é preciso o abandono de preconceitos baseados em fake news, como a vilanização de nossos produtos mesmo com pesquisa do Ministério da Saúde (Vigi-tel) trazendo dados contrários - nos últimos 15 anos, houve aumento da obesidade em 89%, apesar da redução da frequência de consumo de bebidas açucaradas em 54%. Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) traz ainda que o consumo de bebidas açucaradas representa somente 1,7% das calorias ingeridas pela população brasileira.

A indústria, e falando aqui mais propriamente do setor de não alcoólicos, sempre enfrentou responsabilidades com orgulho de fazer parte da solução. Não nos furtamos a nenhum debate e iniciativas para solucionar as mais diversas agendas. Fomos pioneiros em acordo voluntário de redução de açúcar em nossos produtos com o Ministério da Saúde, com 100% de compliance de nossas empresas.

Também estabelecemos uma diretriz robusta de não publicidade infantil, cumprida e monitorada anualmente, bem como adaptamos todo o portfólio vendido nas escolas. O aprimoramento da rotulagem nutricional sempre contou com nosso apoio e nos esforçamos para a mudança estabelecida pela Anvisa, com entrada em vigor em outubro.

Entendemos que não há debate quando a questão é colocada de maneira simplória. Não é discriminando produtos que vamos melhorar a qualidade do consumo. O problema da obesidade, sabemos, é multifatorial e precisa ser acessado com educação e informação. Jamais com a sobretaxação de produtos.

Basta uma ida ao supermercado para que fique claro, não apenas com palavras, mas com ações, qual é o tripé de atuação do setor: informação clara e direta ao consumidor e inovação e oferta de amplo portfólio para que o consumidor possa fazer escolhas alinhadas ao seu estilo de vida.

Apoiamos a **reforma tributária**, mas apoiamos uma reforma que não seja discriminatória, que não eleve a carga tributária e que preserve o modelo de valorização e empregabilidade da Amazônia, a Zona Franca de Manaus.

O Brasil pode sempre contar com o setor de não alcoólicos para avançar!

[...] Estabelecemos uma diretriz robusta de não publicidade infantil, cumprida e monitorada anualmente, bem como adaptamos todo o portfólio vendido nas escolas. O aprimoramento da rotulagem nutricional sempre contou com nosso apoio e nos esforçamos para a mudança estabelecida pela Anvisa

Victor Bicca, Presidente da Abir - Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas não Alcoólicas

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50329>

Por uma reforma que não aumente a carga tributária (Artigo)

Valmir Rodrigues

Muito se tem falado sobre a **reforma tributária** no Brasil. O projeto ainda não possui um texto final para que possamos construir uma opinião concisa. Mas na perspectiva do empresariado, o Brasil realmente precisa de uma **reforma tributária**.

Mas para que ela seja efetiva e benéfica para os empreendedores, é preciso que o texto do projeto traga uma conotação de simplificação e de segurança das obrigações acessórias. Dessa forma, o empresário poderá pagar os **impostos** sem nenhum risco de arcar com complementos e, conseqüentemente, sofrer prejuízos com um possível aumento das taxas.

Outro ponto a ser debatido é a reforma administrativa. É inviável pensar em reforma sem a redução dos custos. O empresariado não concorda com o aumento da carga tributária, pois, no Brasil, o tributo é elevadíssimo e a sociedade não recebe um retorno proporcional à contribuição.

De acordo com dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE) e o Índice de Desenvolvimento Humano -IDH divulgados em 2022, o Brasil ocupa a trigésima posição no ranking dos 30 países com o maior retorno dos valores arrecadados em forma de **tributos** - fato que ocorre pelo 9º ano consecutivo. Os recursos arrecadados pelos elevadíssimos **impostos** que pagamos não são usados em investimentos pontuais. Se corretamente aplicados, os recursos trariam melhorias e ótima qualidade de vida para a população.

Outro ponto de preocupação para o empresariado é o Custo Brasil, valor definido pelos gastos adicionais que as empresas brasileiras têm de arcar para produzir no país. Segundo um estudo realizado pelo Movimento Brasil Competitivo (MBC) e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), o valor do Custo Brasil está em aproximadamente R\$1,7 trilhão por ano. O levantamento aponta que o Brasil manteve, de 2019 para cá, a alta complexidade do sistema tributário.

O empresário possui diversas obrigações financeiras. São muitos detalhes para conquistar um funcionamento eficaz de sua empresa. Porém, com a complexidade da tributação e o alto Custo Brasil, ele

fica a mercê de um sistema que não favorece a classe. Sabemos que o meio empresarial é a força motriz da economia de uma nação. Com a classe fortalecida e devidamente apoiada pelos representantes governamentais, o empresariado é potencial protagonista na geração de empregos e no desenvolvimento econômico de uma sociedade.

É por isso que a Federaminas, as associações comerciais, e o empresariado de todo o Brasil apoiam uma reforma que simplifique as normas de tributação e reduza o valor dos **impostos**. É preciso que o país se torne referência em investimentos e inovação, sendo o meio empresarial a ponte para o desenvolvimento da sociedade e a construção de uma economia consistente.

Em meio a essa discussão, Winston Churchill diria: "uma nação que tenta prosperar à base de **impostos** é como um homem com os pés num balde tentando levantar-se puxando a alça".

Valmir Rodrigues. Presidente da Federaminas

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/06/07/2023/p1>

Haddad propõe ao relator solução para Conselho Federativo

Idiana Tomazelli e Victoria Azevedo

O relator da **reforma tributária**, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), discute a possibilidade de dar um peso maior de voto a estados do Sul e do Sudeste no Conselho Federativo, instância que será criada para administrar e arrecadar o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) -em substituição ao ICMS estadual e ao ISS municipal. Em meio ao debate, o ministro Fernando Haddad (Fazenda) apresentou uma proposta para dar fim à discussão.

A negociação ganhou corpo após o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), recuar do pedido de manter uma arrecadação descentralizada, sob responsabilidade de cada um dos estados. A proposta beneficiaria locais com concentração de empresas (produtores), como São Paulo, e se tornou alvo de críticas crescentes de outros governadores.

Com a maior consolidação do modelo centralizado de arrecadação do IBS, as atenções se voltaram às regras de governança do conselho. O apoio de Tarcísio vai depender do desfecho dessa negociação.

O texto de Ribeiro prevê até o momento um mecanismo de assembleia para a tomada de decisões, mas estados do Sul e do Sudeste temem ser atropelados sob esse formato, uma vez que são menos numerosos do que os membros de Norte e Nordeste (que teriam 16 dos 27 votos).

Na tarde desta quarta-feira (5), Tarcísio defendeu um sistema com diferentes camadas de votação, uma que seja medida pela maioria dos estados e outra que observe a maioria dos municípios, levando em consideração o critério da população. "Esse sistema tem que ser representativo de maneira que o peso populacional esteja presente", afirmou.

Segundo o governador paulista, o modelo poderia ser implementado por meio de uma combinação de votações. "Por exemplo, uma que leve em consideração o recorte populacional, outra que leve em consideração a maioria simples dos entes da Federação. A gente vai ver qual vai ser o melhor modelo. O importante é que o conceito foi absorvido, e todo o mundo entendeu que a governança é uma preocupação", disse.

Haddad disse que a proposta enviada ao relator prevê combinar dois critérios na votação dos estados: será preciso ter maioria em número de unidades da Federação e também em termos de população para aprovar as deliberações. "Os dois critérios vão ter que ser atendidos", disse. No caso dos municípios, valerá a lógica da maioria de habitantes. Segundo ele, Ribeiro ficou de analisar a proposta.

A proposta de São Paulo não é a única que está na mesa de discussão, nem há um acordo fechado em torno desse formato. Mas a ideia central apoiada pelo governo federal é deixar explícito na PEC (proposta de emenda à Constituição) que a governança do conselho respeita os interesses de todos os estados.

As negociações ainda estão em curso, principalmente porque o maior peso de Sul e Sudeste pode gerar reação contrária dos demais estados.

Alguns governos do Nordeste, por exemplo, defendem voto paritário entre as unidades da Federação, com possibilidade de ajustar o quórum necessário para aprovar resoluções de 50% para 60%. Assim, seria necessário ao menos 17 votos dentro do conselho para mudar as regras do IBS.

No início da tarde, ao sair de uma reunião com a bancada do União Brasil, o relator da reforma disse que está "ajustando" o texto, mas demonstrou otimismo sobre a possibilidade de encontrar um ponto de convergência para o tema.

"Tivemos uma excelente reunião ontem com governadores do Sul e Sudeste. Existem demandas que dá para a gente convergir com outros governadores, com os municípios, para que a gente tenha equilíbrio na governança [do conselho], mas numa arrecadação centralizada, que é o que nós preconizamos. Estamos evoluindo bastante", disse Ribeiro.

Na manhã desta quarta, Tarcísio admitiu a possibilidade de apoiar a cobrança centralizada do IBS, ponto da reforma que vinha sendo duramente criticado por São Paulo. O governo paulista defendia uma câmara de compensação, modelo em que cada estado recolheria o tributo e faria depois o repasse para os demais. A mudança beneficiaria estados

produtores como São Paulo, que manteriam o controle sobre essa arrecadação.

Tarcísio chegou a promover um jantar no domingo (2) com integrantes da bancada paulista na Câmara, em uma campanha para emplacar sua sugestão. Nos últimos dias, porém, ele perdeu o apoio de aliados, como o governador do Itio, Cláudio Castro (PL), que inicialmente endossou a crítica de Tarcísio, mas nesta terça disse que "o Rio não vai brigar por isso". Nos bastidores, cresceu a percepção de que o governador estava ficando isolado em seu posicionamento.

Também na manhã desta quarta, o governador de São Paulo teve reunião com Haddad, em que o tema do modelo de arrecadação foi discutido.

Na saída do encontro, Tarcísio acenou com a flexibilização de sua posição.

"A câmara de compensação é uma alternativa, também não é um cavalo de batalha, [algo] que precisa ser assim. À medida que a gente melhora a governança do Conselho Federativo, a gente pode partir para uma administração centralizada. Se a governança for pior, aí faz sentido a gente trabalhar com uma câmara de compensação", disse o governador.

Segundo relatos, a flexibilização da posição de Tarcísio foi recebida no Ministério da Fazenda como algo muito positivo e uma demonstração de disposição do governador em dialogar pela aprovação da reforma.

Os participantes da negociação sabem que o apoio de São Paulo à arrecadação centralizada vai depender do modelo de governança do Conselho Federativo, mas há otimismo com a capacidade de Aguinaldo Ribeiro em encontrar uma solução que atenda às expectativas do governo paulista sem desagradar aos demais.

Mais cedo, em entrevista à GloboNews, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), também citou as negociações em torno do modelo de governança do conselho.

"Conversei hoje de manhã com o governador Tarcísio, que meu deu, inclusive, o feedback [retorno] de que nessa reunião com Bernard Appy, Aguinaldo [Ribeiro] e [Fernando] Haddad, estão chegando num texto para fazer uma maior governança, com mais transparência, com mais tecnicidade do conselho fiscal. E aí é o único problema de toda a reforma que os estados do Sul e do Sudeste estão atentos. Se esse for o problema, nós vamos resolver com diálogo", disse.

Veja os 8 principais impasses da reforma

1. BENEFÍCIO PARA CESTA BÁSICA E PRODUTORES RURAIS

Proposta prevê redução de 50% no imposto para produtos e insumos agropecuários, o que manteria a carga da cesta básica inalterada. O setor quer desoneração maior (80%) e a inclusão de mais produtos na lista

A bancada do agronegócio também pede ampliação do limite de receita para produtores pessoas físicas isentos do novo tributo

2. ALÍQUOTA MENOR PARA ALGUNS SERVIÇOS

Entidades de serviços querem que todo o setor seja contemplado com alíquota reduzida, mas o texto prevê alíquota 50% menor apenas para alguns segmentos, como educação e saúde

O governo diz que 90% das empresas não serão atingidas pela reforma por estarem no Simples, vários setores já estão com alíquota menor e que prestadores de serviços a empresas terão redução de carga

3. CONSELHO FEDERATIVO

COM GOVERNADORES E PREFEITOS

Um dos principais desafios da reforma é reunir apoio de governadores resistentes ao Conselho Federativo a ser criado pela reforma para centralizar a arrecadação do IBS, que vai substituir o ICMS estadual e o ISS municipal

SR por exemplo, defende uma câmara de compensação para que os estados continuem responsáveis pela arrecadação, mas afirma agora concordar com o conselho se estados do Sul e Sudeste tiverem maior poder de decisão

4. PREFEITOS DIVIDIDOS

A Frente Nacional dos Prefeitos, que representa municípios grandes e médios, posicionou-se contra o fim do ISS e pede que o tributo fique de fora da reforma

A CNM (Confederação Nacional dos Municípios), que representa a maioria dos prefeitos do país, apoia a reforma e pede apenas ajustes no texto, como maior participação no Conselho Federativo, imunidade recíproca plena nas compras públicas.

5. FUNDO DE DESENVOLVIMENTO

Outro pleito é um FDR (Fundo de Desenvolvimento

Regional) de R\$ 75 bilhões anuais, maior que os R\$ 40 bilhões propostos pela Fazenda e que constam no texto atual. Os recursos serão usados para conceder incentivos regionais, no lugar dos atuais benefícios tributários

Os estados também divergem sobre os critérios de distribuição do fundo -Sul e Sudeste querem uma regra que lhes conceda uma fatia maior no bolo

6. ENTRADA EM VIGOR DO NOVO IMPOSTO

Os estados também propõem que o IBS entre em vigor em 2029 com uma alíquota-teste de 1%, com a extinção do ICMS em 2033, quando acabam os atuais benefícios fiscais. A proposta prevê uma transição gradual (20% ao ano) entre IBS e ICMS de 2029 a 2033

7. TRANSIÇÃO FEDERATIVA DA ARRECADAÇÃO

PEC prevê 50 anos de transição federativa, período em que haverá redistribuição gradual da arrecadação entre estados e municípios para evitar quedas bruscas de receitas

Os secretários de Fazenda defendem intervalo de 45 anos dividido em dois períodos: Nos primeiros 26 anos, o critério de distribuição seguiria a participação inicial dos estados e municípios no ICMS ou ISS, decrescendo ano a ano.

Nos 19 anos seguintes, 95% dos recursos seriam distribuídos conforme o local de consumo (destino), e outros 5% bancam o chamado "seguro" contra perdas de arrecadação

8. ZONA FRANCA DE MANAUS

PEC prevê tratamento especial à região, para manter os benefícios até 2073, mas o Amazonas pede a criação de fundo de compensação exclusivo para região

Existem demandas que dá para a gente convergir com outros governadores, com os municípios, para que a gente tenha equilíbrio na governança fdo Conselho Federativo]

Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da [reforma tributária](#)

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50329&maxTouch=0&anchor=6479808&pd=3372f83f100e51f60f3fa40e608ab6d5>

Relator da reforma apresenta novo texto após apoios de Tarcísio e partidos

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), deu início à discussão da PEC (proposta de emenda à Constituição) da **reforma tributária** no plenário da Casa na noite desta quarta-feira (5), após dias de negociação das mudanças no parecer do relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

Ribeiro apresentou uma nova versão do texto, que inclui modificações na transição para o novo sistema tributário e a criação de uma Cesta Básica Nacional-relação de produtos básicos consumidos pelas famílias e que terão alíquota reduzida a zero. Na versão anterior elaborada pelo relator, os produtos da atual cesta básica teriam desconto de 50% na tributação.

O parecer do relator foi divulgado pouco antes das 21h e tem 142 páginas. Membros da oposição pediram o adiamento da discussão para que tivessem tempo de analisar o documento, mas o pleito foi rejeitado.

Após comprar briga com outros estados por mudanças na reforma, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), passou a admitir a cobrança centralizada do novo imposto que vai substituir o ICMS estadual e o ISS municipal -formato antes combatido sob o argumento de perda de autonomia.

A flexibilização de sua posição contribuiu para abrir caminho ao avanço das negociações. A reforma também ganhou declarações de apoio de lideranças de partidos com representação relevante na Câmara, incluindo o União Brasil, o Republicanos e o próprio PT.

A melhora do clima ocorre em meio à liberação de recursos pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para irrigar emendas parlamentares e à intensificação da negociação de cargos no Executivo.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse que pretende colocar a reforma em votação no plenário até esta quinta (6). Ribeiro afirmou que trabalha para cumprir o cronograma, mas ainda não tinha apresentado uma versão atualizada da PEC (proposta de emenda à Constituição) até a publicação deste texto.

Tarcísio vinha sendo um dos críticos mais vocais à proposta de deixar nas mãos do Conselho Federativo -

a ser formado por representantes de estados e municípios- a tarefa de arrecadar e distribuir os recursos do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) criado a partir dos **tributos** estaduais e municipais alcançados na reforma.

O governador paulista chegou a dizer que o modelo seria uma afronta à autonomia dos estados e propôs outro mecanismo, no qual cada estado recolheria o imposto na origem (onde as empresas estão instaladas) e depois faria o repasse aos locais de destino (onde ocorre o consumo) por meio de uma câmara de compensação.

A proposta ganhou apoio de estados como Rio de Janeiro, Pará e Goiás, mas enfrentou críticas de governadores, principalmente do Nordeste. Nos últimos dias, Tarcísio acabou ficando praticamente isolado na defesa do modelo da câmara de compensação, rejeitado por grande parte dos estados, por especialistas e pelo próprio governo federal

Nesta quarta, o governador paulista teve uma reunião com o ministro Fernando Haddad (Fazenda) e, após o encontro, disse que não transformaria o tema em um "cavalo de batalha".

"A câmara de compensação é uma alternativa, também não é um cavalo de batalha, [algo] que precisa ser assim. A medida que a gente melhora a governança do Conselho Federativo, a gente pode partir para uma administração centralizada. Se a governança for pior, aí faz sentido a gente trabalhar com uma câmara de compensação", disse Tarcísio.

Ao lado de Haddad, ele admitiu aceitar que o órgão fique com a atribuição de arrecadar o novo imposto, desde que haja uma mudança nas regras de composição do Conselho Federativo para fortalecer os estados das regiões Sul e Sudeste, que são minoria numérica em relação a Norte e Nordeste. O pedido é que essa garantia esteja na PEC.

"A gente concorda com 95% da reforma. Quando a gente propôs a câmara de compensação, qual foi a lógica? A preocupação com a governança do Conselho Federativo. Se tenho uma governança mais frouxa, preciso de uma arrecadação mais na mão do Estado. A partir do momento em que melho a governança do Conselho Federativo, posso ter algo

mais "algoritmizável".

O governador disse também que as ponderações feitas são "questões pontuais" e que está "muito fácil" construir um entendimento entre as partes. Ele ainda colocou São Paulo como um "parceiro" na aprovação da **reforma tributária**.

Tarcísio expressou a mudança de visão após ver pouca reverberação de sua defesa pela câmara recompensação. Na terça (4) à noite, governadores de Sul e Sudeste não demonstraram entusiasmo com essa proposta durante encontro em Brasília.

O governador do Rio, Cláudio Castro (PL), disse que o estado não iria brigar por um modelo de arrecadação descentralizado na reforma e que essa era uma demanda apresentada por São Paulo. O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), disse também que prefere o modelo de gestão centralizada por ser "mais eficiente".

Além disso, o governador do Ceará, Elmano de Freitas (PT), afirmou, após reunião com o ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, que o Consórcio do Nordeste está fechando uma carta em apoio à **reforma tributária**.

O governo federal comemorou o reposicionamento de Tarcísio e considerou o ato uma demonstração de compromisso com a reforma e de disposição para o diálogo. Ao lado dele, Haddad afirmou que o governador colocou interesses nacionais acima de questões regionais e partidárias. O ministro disse ainda que o Executivo federal busca aprovar a **reforma tributária** com "ampla margem" na Câmara dos Deputados.

"Não estamos aqui mirando número de votos para aprovar. Queremos superar o número mínimo para passar a ideia, tanto quanto aconteceu com o marco fiscal, que é um projeto de país que está em curso."

Por se tratar de PEC, a matéria precisa do voto de 308 deputados em dois turnos no plenário da Câmara para ser aprovada e seguir para o Senado.

Haddad ainda recebeu o governador do Amazonas, Wilson Lima (União Brasil), que pediu um fundo de compensação com recursos para o estado com eventuais perdas decorrentes da reforma.

"A gente veio apresentar aqui algumas propostas, como, por exemplo, um fundo que possa fazer essa compensação para que o estado possa continuar fazendo seus investimentos em áreas essenciais, como saúde e educação", disse o governador, que esteve acompanhado da bancada parlamentar

amazonense no encontro.

A apreciação da reforma ainda na primeira semana de julho é uma promessa de Lira firmada ainda quando as diretrizes da proposta foram divulgadas, em 6 de junho. Por isso um avanço nesta semana é tão importante para o presidente da Câmara.

Segundo ele, no entanto, os detalhes ainda estão sendo afinados. "Temos que dar tempo ao plenário para não termos uma votação de insegurança. Vamos ouvir quem é contrário, quem é a favor, o relator, para tirar dúvidas sobre todos os aspectos. Vamos procurar sempre alternativas para construir consensos de maioria", seguiu Lira.

Ele publicou em uma rede social que a reforma não deve ser transformada em uma batalha política-partidária e que não se deve aproveitar o tema para ganho de notoriedade momentânea". À Globo-News Lira voltou a insistir nesse ponto e afirmou que "erra quem tenta politizar a reforma" e que ela precisa "estar acima de governo e oposição".

Mesmo partidos de fora da base estão aderindo ao movimento pela reforma. O presidente nacional do Republicanos, deputado Marcos Pereira (SP), anunciou que o partido fechou questão e irá "apoiar incondicionalmente" o texto. A declaração foi dada após reunião da bancada na Câmara com Tarcísio. Ele afirmou que foram feitas sugestões e que o relator da matéria sinalizou que elas seriam acatadas. Pereira disse, no entanto, que, caso isso não ocorra, o partido poderá voltar atrás.

"Fechamos questão. Obviamente alguns pontos que o governador apresentou aqui, pontos técnicos. Sendo esses pontos atendidos pelo relator, nós então iremos apoiar incondicionalmente e por isso nós fechamos questão para essa matéria importantíssima, já que o governador de São Paulo liderou esse processo", disse. Nathalia Garcia, Idiana Tomazelli, Victoria Azevedo, Thiago Resende, Julia Chaib e Matheus Teixeira Leia mais nas págs. A18, A19 e A20 e na coluna de Vinícius Torres Freire, na pág. A21

A gente concorda com 95% da reforma. Quando a gente propôs a câmara de compensação, qual foi a lógica?

A preocupação com a governança do Conselho Federativo.

Se tenho uma governança mais frouxa, preciso de uma arrecadação mais na mão do Estado

Tarcísio de Freitas (Republicanos) governador de SP

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50329&maxTouch=0&anchor=6479808&pd=3372f83f10e51f60f3fa40e608ab6d5>

Reforma prejudica o agro, e votação às pressas é desnecessária

Na avaliação de Mauro Mendes (União Brasil), governador de Mato Grosso, estado com maior peso na produção agropecuária do Brasil, a **reforma tributária** apresentada na Câmara seria pre-judicial ao setor, pois elevaria **impostos** ao produtor rural.

Ele cita, por exemplo, uma cobrança maior para fertilizantes, que são insumos para a produção do agro.

"Acho difícil e desnecessário [que a Câmara vote o projeto nesta semana]. Um tema tão profundo e tão abrangente como esse merece muitas reflexões", disse à Folha.

A bancada ruralista é uma das mais influentes no Congresso. Representantes do setor têm articulado para que parlamentares se oponham à reforma.

A **reforma tributária** será prejudicial ou benéfica ao agro? Da forma como está, não temos dúvida de que ela vai ser prejudicial ao agro brasileiro, ao cidadão brasileiro, e vai aumentar os **impostos** quando ela estiver definitivamente implantada.

Há uma ideia de quanto seria o aumento dos **impostos** ao produtor rural? Em Mato Grosso, a nossa estimativa é que o custo de produção vai aumentar em torno de 8%.

Porque haveria esse aumento? Temos, por exemplo, os fertilizantes, que pagam 2% de ICMS. Com a reforma, isso poderia passar para 12,5%. É uma estimativa, porque a alíquota nunca foi colocada claramente. Então isso aponta para um aumento de tributação [para o setor]. Isso vale para os insumos, para toda a cadeia [produtiva]. Isso vira crédito, mas há um aumento efetivo no período de produção até que ele possa vender, receber esses créditos de volta. E vai haver perda de arrecadação dos estados com ICMS, porque alguns itens, como óleo diesel, entrarão na cadeia de crédito e débito.

E a cesta básica? Como ficará com isso? Teria um aumento claro e efetivo. Isso varia de estado para estado, mas, em Mato Grosso, a carne paga 2% de ICMS e passaria para 12,5%. O açúcar e o arroz pagam zero hoje e também passariam para 12,5%. O Congresso precisa rapidamente trocar isso. Seria um absurdo fazer esse aumento na cesta básica.

O sr. apresentou esse estudo para a bancada ruralista? Sim. A percepção da bancada é que esse tema é muito complexo, que merece e precisa ter um aprofundamento maior para decisões que vão impactar na vida de todos nós. É algo que não pode ser apresentado assim.

Os defensores da reforma dizem que a proposta está em discussão há muito tempo, veio do governo anterior. Não é verdade. Há 40 anos já se fala em fazer uma **reforma tributária**. Mas o texto desta reforma, que é o que importa, foi entregue há dez dias. Durante esses anos ficamos discutindo conceitos, premissas. Mas qual o texto na prática? Qual é o impacto na vida do cidadão, das empresas, do mercado, governos? Só um texto claro e objetivo pode dar essas respostas.

Quais são as demandas do governo de Mato Grosso e dos ruralistas para que a reforma possa, então, ser votada? Por parte do governo estadual, é necessário que haja uma transição lenta, até 2032. Ela é importante para que o estado não tenha que devolver dinheiro para os incentivos fiscais que foram concedidos de forma onerosa, com respaldo inclusive do Congresso.

Queremos também a manutenção da possibilidade de termos os mecanismos de desenvolvimento regional, de investimento de infraestrutura preservado naqueles estados que têm. E também que o fundo de desenvolvimento regional possa capturar corretamente, através de regras justas, a necessidade de o Brasil continuar combatendo as diferenças que existem entre as regiões brasileiras. Sul e Sudeste são regiões mais desenvolvidas no ponto de vista de infraestrutura do que o Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O sr. vê possibilidade de votação ainda nesta semana? Acho difícil e desnecessário. Um tema tão profundo e tão abrangente como esse merece muitas reflexões. Andando pelo Congresso Nacional, eu vi centenas de dúvidas e poucas respostas. A grande maioria de todos os brasileiros e parlamentares conhece ainda muito pouco sobre o tema. E não está maduro para se tomar uma decisão tão importante como essa.

Aliados do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), dizem que Mato Grosso é contra a reforma porque perderia a arrecadação do Fethab, que é uma taxa para o Fundo Estadual de Transporte e Habitação. Minha atuação é como governador e como cidadão. E vejo que há pontos muito ruins para o país, como a desoneração completa da exportação. Empresas exportadoras que lucram bilhões vão deixar de pagar **impostos**. Como é que vai fazer com os **impostos** que hoje elas pagam dentro da cadeia e deixarão de ser pagos? Se não vão pagar, alguém vai pagar para compensar isso.

Um dos pedidos da bancada ruralista é a manutenção da Lei Kandir [que isenta do ICMS as exportações de produtos primários]. Isso é importante e está mantido. As exportações precisam ser desoneradas. Só que [no projeto] houve uma ampliação dessa cadeia de desoneração. Os grandes exportadores, além das tradings, são beneficiados por essa reforma.

O sr. vê que a reforma está sendo contaminada pela polarização política? Não tem absolutamente nada a ver. Não senti, nas conversas que eu tive, qualquer tipo de viés ideológico. O que existe neste momento é um grande desconhecimento da maioria dos parlamentares sobre os verdadeiros reflexos, consequências da reforma.

Como está a relação do agro com Lula após seis meses de governo? Não posso falar por todo o agro, apesar de ser governador do estado que tem um maior peso na produção nacional. É um governo que usa o mesmo modelo que usou em 2003, de montar uma base de colisão, distribuindo ministérios, tentando criar uma ampla base de apoio político.

Esse modelo no atual Congresso pode não funcionar muito bem. E seis meses ainda é um período curto para fazer uma avaliação tanto positiva quanto negativa. Precisamos dar mais um tempo para ver os resultados. Qualquer avaliação tem o ue vir com base nos resultados entregues ao setor e à população brasileira.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50329&maxTouch=0&anchor=6479808&pd=3372f83f100e51f60f3fa40e608ab6d5>

Texto resolve 95% de disputas sobre tributos de consumo

A **reforma tributária** em discussão no Congresso resolve divergências que representam ao menos 95% do contencioso envolvendo os cinco principais **impostos** e contribuições sobre o consumo. É o que mostra um levantamento do Núcleo de Pesquisas em Tributação do Insper.

Segundo o estudo, a maioria das questões que geram disputas bilionárias em torno dos **tributos** que serão extintos não se aplica aos que serão criados com a reforma. Os no -vos **tributos** seguem o sistema adotado em mais de 170 países conhecido como IVA (Imposto sobre Valor Agregado).

Na proposta atual, PIS/Cofins viram a chamada CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços). OIPI será Imposto Seletivo. Haverá ainda o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), fusão de ICMS com ISS.

Exemplo de mudança é o aproveitamento de créditos do imposto pago nos insumos, que evita a tributação em cascata. Essa questão responde por 30% do valor das disputas mapeadas pelo Insper. Nanova regra, tributo pago na etapa anterior pode ser descontado na seguinte. Hoje há limitações que geram divergências entre fisco e empresas.

Os dois novos **tributos** também estão praticamente livres de incentivos fiscais, não entram em na base de cálculo do outro e são aplicados a praticamente todos os bens e serviços, temas que também geram disputa atualmente.

"Na sistemática da CBS e do IBS, a quase totalidade das discussões envolvendo os atuais **tributos** sobre o consumo deixariam de existir ou seriam reduzidas", dizem os pesquisadores Vanessa Canado (coordenadora), Breno Vasconcelos e Thais Romero Veiga Shingai.

Os processos relacionados aos cinco **tributos** atuais não serão extintos com a reforma, destaca o estudo, mas a maior parte dessas teses tratará de **impostos** que não existirão mais. "É um estoque que vai acabar e não vai se formar novamente", afirma Canado.

Só 5% da herança desse contencioso pode afetar a CBS e o IBS. Esse percentual se refere, basicamente, a processos nos quais não foi possível identificar a discussão por limitação de informações sobre o caso.

O trabalho "Impactos da Reforma dos **Tributos** sobre o Consumo no Contencioso Tributário de Companhias Brasileiras" foi feito com informações de companhias de capital aberto que têm processos em discussão na esfera administrativa ou no Judiciário.

De 751 companhias abertas analisadas, 232 (31% do total) divulgaram a existência de algum contencioso tributário relacionado a esses **tributos**. Segundo o estudo, 19% das empresas têm alguma discussão de PIS/Cofins, e 17% discutem questões de ICMS. O ISS aparece com 8%, seguido pelo IPI (4% das companhias).

São 526 processos, no valor de R\$ 120,7 bilhões, com base em informações das demonstrações contábeis de 2021. São reportados processos com perda classificada pela companhia como provável ou possível. PIS/Cofins e ICMS respondem cada um por cerca de 40% do valor.

"A gente está olhando para os maiores contribuintes do Brasil. É natural que as principais discussões estejam concentradas nessas empresas. Eliminar pelo menos 95% do contencioso sobre consumo dessas companhias já é uma justificativa suficiente para a gente reformar", afirma Thais Romero Veiga Shingai.

"A gente acabou comprovando que quem começou a redigir a PEC lá atrás tinha uma visão muito precisa de quais eram os problemas do sistema tributário. Tanto que quase 100% do que é contencioso

de todos esses **tributos** vai ser impactado pela reforma", afirma Breno Vasconcelos.

Ele aponta que uma questão que pode aumentara complexidade e gerar discussões judiciais e administrativas é a proposta de alguns estados de não centralizar a arrecadação do IBS em um conselho federativo com governadores e prefeitos.

São Paulo era um dos principais defensores desse modelo, mas, nesta quarta, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) recuou e admitiu a possibilidade de apoiar a cobrança centralizada.

O trabalho classifica a controvérsia em potencialmente eliminada pela reforma ou parcialmente eliminada -

nesse último caso, também por conta da falta de informações mais precisas sobre a discussão. Questões de conflito de competências e não-cumulatividade estão na lista de problemas eliminados.

A análise considerou a proposta divulgada pelo relator da reforma, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), no dia 22 de junho. Os pesquisadores afirmam que o deputado tem sido bem fiel aos princípios fundamentais do IVA.

"São as principais características do IVA que acabam com os nossos principais problemas, que são não-cumulatividade, base ampla, princípio do destino que acaba com a guerra fiscal", afirma Vanessa Canado.

Ela acrescenta que os benefícios poderiam ser maiores se não houvesse tratamentos diferenciados, como previa o texto original da reforma. "Esses tratamentos diferenciados vão gerar o contencioso no Brasil que geram, por exemplo, na Europa. Mas isso é muito residual."

A gente está olhando para os maiores contribuintes do Brasil. Eliminar pelo menos 95% do contencioso sobre consumo dessas companhias já é uma justificativa suficiente para a gente reformar

Thais Romero Veiga Shingai pesquisadora

Fiesp lança manifesto em defesa da reforma

A Fiesp lança nesta quinta (6) um manifesto em defesa do texto da **reforma tributária** que tramita na Câmara. No documento, a entidade diz que todos os setores econômicos e sociais vão ganhar com um sistema racional. "Apoiamos com convicção essa causa porque ela é boa e necessária para o país.

A aprovação da **reforma tributária** dos **impostos** sobre o consumo, numa primeira etapa, tem o potencial de aumentar o Produto Interno Bruto (**PIB**) em 12% a 20% em até 15 anos, segundo estudos disponíveis. Isso significa, em dinheiro de hoje, R\$ 1,2 trilhão a mais circulando na economia", diz a Fiesp.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50329&maxTouch=0&anchor=6479808&pd=3372f83f100e51f60f3fa40e608ab6d5>

Reparação da população negra por meio da tributação - CIDA BENTO

CIDA BENTO

É bem-vinda a série de manifestações do campo progressista que vem ocorrendo na discussão sobre a reforma do sistema tributário nacional. São dezenas de instituições, organizações e coletivos que se posicionam em favor de uma **reforma tributária** saudável, sustentável e solidária (**Reforma Tributária 3S**, tinyurl.com/5n7wz8u5).

Manifestos e notas técnicas vêm sendo lançados destacando avanços e desafios das propostas em discussão no Parlamento. Representantes dessas organizações e coletivos participaram da audiência pública organizada pelo grupo de trabalho da **reforma tributária** na Câmara dos Deputados, se posicionando em favor de um sistema tributário mais progressivo e comprometido com o desenvolvimento socioambiental, bem como sensível às desigualdades de raça e gênero.

No que diz respeito mais especificamente à pauta racial, há grupos que endossam o posicionamento geral da Reforma 3 S, acrescentando que o sistema tributário brasileiro deve também estar comprometido com a reparação histórica relativa à população negra.

Nesse sentido, foi lançada, em 29 de junho, por um grupo de entidades do movimento social negro, uma campanha em favor de uma **reforma tributária** antirracista. Nessa mesma direção, um conjunto de organizações sociais e sindicais estão organizando um ciclo de debates virtuais "Tributação Justa, Reparação Histórica" que ocorrerá de 11 a 13 de julho.

Reparação diz respeito à correção de um erro, um crime, uma injustiça cometida contra grupos sociais. Como nos lembra Eliane Barbosa, em livro a ser lançado nos próximos dias, "no direito internacional, a noção de reparação inclui um conjunto de passos destinados ao restabelecimento das relações entre dois grupos, dos quais um vitimou o outro".

Nessa perspectiva, estão incluídas desde as ações simbólicas, como pedidos de desculpas, que funcionam como prova de reconhecimento de danos morais e materiais provocados, até ações mais concretas, no sentido de restituições econômicas, em formas de recursos financeiros ou serviços, que visem restituir danos materiais perpetrados.

Por que o Estado e a sociedade brasileira devem estar comprometidos com a reparação para a parcela negra da população?

Primeiro por um dever moral, de reconhecer o mal que foi feito com a violência da escravização e que continua ocorrendo por meio da violência cotidiana e diversificada com que se defronta a população negra nos territórios para os quais/oi empurrada, na falta de moradia decente, na falta de oportunidades sociais, políticas, culturais e econômicas, no trato com o braço armado do Estado, no encarceramento em massa de jovens negros/as.

Depois porque, durante esses quase 150 anos que nos separa da chamada "Abolição" sociedade e Estado brasileiros não conseguiram propiciar a essa parcela da população oportunidades para que conquistasse o que lhe é devido e constantemente prometido: liberdade, emancipação, igualdade, fraternidade. A parcela negra da população, majoritária no país, permanece em situação de grandes desvantagens, principalmente no campo econômico, o que significa péssimas condições de vida.

Por que fazer reparação por meio da tributação? Vale salientar aqui que, se de um lado a população negra tem o dever de pagar **impostos** como outros segmentos populacionais brasileiros, de outro lado é uma população que tem direito a reparação.

Ou seja, na relação que o povo negro estabelece com o Estado, ele figura tanto como credor do Estado, posto que há uma reparação material a ser feita, mas também como devedor, na relação tributária.

O Estado também ocupa estes dois lugares: credor na relação tributária e devedor da reparação. Assim é que defendemos que o sistema tributário nacional dialogue com essa realidade, criando mecanismos de incentivos para a população negra.

*

Esta coluna/oi escrita em parceria com Eliane Barbosa da Conceição (pro/essora na FG V--EPPG/MIR)

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=>

**50329&maxTouch=0&anchor=6479808&pd=3372f83f100e
51f60f3fa40e608ab6d5**

Constrói-se um consenso sobre a reforma. (Editorial)

O ex-presidente Jair Bolsonaro convocou a bancada de 99 deputados do PL a votar contra a **reforma tributária**.

Intitulada **Reforma Tributária**: um verdadeiro soco no estômago dos mais pobres, a nota oficial assinada por Bolsonaro não pede ajustes ou faz sugestões para a melhoria do texto final que será submetido a votação na Câmara. Ao contrário: ele simplesmente prega a rejeição total da "reforma do PT".

No sentido oposto, um grupo de mais de 60 economistas e empresários de diversas posições políticas e ideológicas divulgou um **comunicado** em defesa da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC). "Reconhecemos que não existe reforma ideal. No entanto, temos confiança de que a **reforma tributária**, se aprovada, terá um efeito muito positivo sobre a produtividade e o crescimento do País, além de reduzir nossas desigualdades sociais e regionais", diz o manifesto.

O tom da nota de Bolsonaro condiz com sua trajetória política. Desde os tempos em que era um deputado inexpressivo até chegar à Presidência da República, Bolsonaro tumultua o debate de temas relevantíssimos sem agregar nada de útil às discussões. Derrotado na eleição e agora inelegível, ele tenta se firmar como líder da oposição ao governo Lula. Felizmente, parte da bancada do PL, inclusive o presidente da sigla, Valdemar Costa Neto, prefere liberar os parlamentares para votarem como preferirem em vez de assumir uma atitude deletéria que em nada contribui para o País.

O posicionamento dos economistas e empresários, por outro lado, mostra uma compreensão do momento político que o País vive. Entre os que assinaram o manifesto estão Armínio Fraga, Mailson da Nóbrega, Henrique Meirelles, Guido Mantega, Samuel Pessoa, Affonso Celso Pastore, Edmar Bacha e Jorge Gerdau, entre outros - pessoas que nada têm em comum, a não ser a consciência de que a reforma é urgente e necessária para modernizar a economia brasileira.

É mais do que sabido que o sistema tributário atual está por trás de muitas das distorções da nossa economia. Por outro lado, é muito raro haver uma convergência entre o Legislativo e o Executivo, algo que há hoje em torno da proposta.

Ao longo dos anos, foram criadas tantas situações e regimes especiais que as exceções à norma geral se tornaram a regra. É consenso que esse modelo se esgotou.

O claudicante desempenho do Produto Interno Bruto (**PIB**) nos últimos 30 anos é o resultado de um sistema tributário confuso, injusto e regressivo, que reforça subsídios e privilégios para segmentos específicos em detrimento da produtividade, da competitividade, da inovação e do crescimento da economia como um todo. É mais do que hora de revê-lo.

O modelo do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), base da **reforma tributária** que tramita na Câmara, é adotado por 174 países em todo o mundo. Ao unificar **tributos** federais, estaduais e municipais em um IVA dual, a reforma vai não apenas simplificar o sistema e impedir a cumulatividade e a cobrança de imposto sobre imposto, mas garantir que a sociedade saiba efetivamente o quanto paga em **tributos**.

Isso não significa que haja apoio cego e integral ao texto da reforma. Democraticamente, muitos setores e governadores têm manifestado divergências a alguns de seus princípios. Mas os debates dos últimos dias têm sido muito profícuos para esclarecer e dirimir receios sobre a reforma. O relator da proposta, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), tem manifestado a disposição de ajustar o parecer que irá a votação, e a oposição ferrenha ao texto manifestada por Bolsonaro tem se mostrado cada vez mais isolada e minoritária.

Ao que tudo indica, as discussões têm avançado rumo ao consenso possível. É muito bom que seja assim. Como já defendemos neste espaço, o País está diante de uma oportunidade ímpar para finalmente aprovar a **reforma tributária**, talvez a melhor dos últimos 35 anos. A proposta que vier a ser aprovada ainda dependerá de muitos projetos de lei complementar.

Ela não resultará em um sistema perfeito, mas sem dúvida alguma será melhor que o manicômio tributário que temos hoje. É chegada a hora de o País dar esse importante passo.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Não à PEC 45! (Artigo)

Felipe Salto

Felipe Salto

ECONOMISTA-CHEFE E SÓCIO DA WARREN, FOI SECRETÁRIO DA FAZENDA E PLANEJAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Sou favorável aos princípios do destino, da não cumulatividade e da simplificação.

Defendo-os há bastante tempo. Quando fui secretário da Fazenda e Planejamento de São Paulo, apresentei proposta de **reforma tributária** que começava pelo ICMS. Já o que se vê sobre a Mesa da Câmara é um conjunto de aberrações técnicas, econômicas e políticas reunidas num texto inconstitucional. O monstro, como tenho chamado, precisa ser fulminado enquanto há tempo.

Estão brincando com a sociedade, colocada à margem do debate pelos bastiões da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 45. Negam-se a divulgar números e detalhes básicos. É como se dissessem àqueles que ousam discutir: "parem de falar, pois estão atrapalhando; temos pressa!" Só aceitam manifestação do tipo vestir a camisa do time, soltar rojão e jogar confete e serpentina sobre a proposta.

Sempre fugi do adesismo tosco, sobretudo depois de 16 anos estudando e trabalhando com contas públicas.

A **reforma tributária** precisa acontecer, mas não pela PEC 45. São vários os seus defeitos.

Propõe-se um modelo de gestão para o Imposto de Bens e Serviços (IBS) que é inconstitucional e gera incentivos econômicos perversos. O chamado Conselho Federativo terá mais poder que qualquer governador de Estado. Vai arrecadar, normatizar, regulamentar, mandar lei complementar para tratar do novo tributo, partilhar as receitas e devolver créditos aos contribuintes. E não se trata apenas de uma questão federativa (para quem acha pouco). É preciso dizer que a criação de uma estrutura como essa para garantir a devolução de créditos aos contribuintes estimulará a fraude, erodindo o erário.

Se o crédito vai ser pago de modo automático, sem fiscalização ex-ante, então cabe perguntar: o que impedirá empresas de emitirem notas frias para fabricar direito a crédito? Só a atuação intensa dos

Fiscos para evitar esse risco. Mas, se o conselho os substituirá, na prática, comandando todas as administrações tributárias estaduais, então, por favor, apaguem a luz antes de sair. A crítica ao Conselho Federativo é política, jurídica e econômica.

Há tempo para corrigir essa sandice.

Minha alternativa é que cada Estado cuide de sua arrecadação, transferindo obrigatoriamente receitas de IBS para o destino e pagando seus respectivos contribuintes.

Exemplo: suponha que um produtor rural do Acre produziu um insumo e o vendeu a R\$ 100 para a indústria n.º 1, em São Paulo. Com alíquota de 30% para o IBS, o imposto recolhido foi de R\$ 30, repassado para São Paulo pelo Acre. A indústria n.º 1, por sua vez, usou o insumo para produzir um segundo produto, vendido por R\$ 200 para a indústria n.º 2, no Ceará. São Paulo recolheu R\$ 60 de imposto, que repassou para o Ceará, além de ter devolvido à indústria n.º 1 o crédito de R\$ 30 (consumo intermediário).

A indústria n.º 2, por fim, vendeu por R\$ 300 o bem final para um consumidor cearense, de modo que recolheu R\$ 90 de imposto, mas recebeu um crédito de R\$ 60 do Fisco do Ceará.

No fim das contas, os dois contribuintes receberam dos respectivos Estados os créditos a que tinham direito e o Estado de destino arrecadou o IBS (30% sobre o preço final).

Não tem necessidade alguma de conselho ou agência, como se vê pelo exemplo, a não ser para vender o terreno na lua de que o crédito, "só dessa forma", poderia ser devolvido devidamente aos contribuintes.

Aliás, a tal agência, como era inicialmente chamada, foi apresentada a mim, na Sefaz-SP, há mais de um ano, por Bernard Appy. Desde aquele momento, mostramos que a ideia era uma loucura e, pior, desnecessária.

Se há desconfiança dos Estados, principalmente de São Paulo, como especialista ligada ao grupo técnico do governo chegou a verbalizar ao Estadão, então que se preveja um sistema de incentivos adequado, com prazo para fiscalizar, liberar o crédito e repassar as receitas de IBS ao destino. O Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) deveria ser o locus para

essa sistemática. Desde logo, "desconfiar" do Estado que sustenta a produção nacional de maior valor agregado e transfere liquidamente centenas de bilhões de reais para o resto do País parece mais uma grande piada, sendo educado. Como paulista, refugo esse disparate.

Os problemas do monstrengo não param por aí. O IBS nascerá sem alíquota, sujeita a estimativas, isto é, cálculos estatísticos, com base em parâmetros a serem escolhidos. Outro grave pecado desse arrazoado que chamam de PEC 45 é o tratamento aos famigerados incentivos do ICMS. Eles serão mantidos por uma década, alimentando as esperanças de quem vive disso e para isso. Vamo- nos entender: a própria Constituição conterà estruturas e mecanismos baseados na Lei Complementar 160/2017 para garantir recursos a sustentar a nefanda guerra fiscal. Está lá o fundo dos incentivos, na PEC, com custo impeditivo para a economia, agora via subsídios cavalares pagos diretamente aos contribuintes pela viúva, a União. Pior, sem limitação (ver parágrafo 8.º do artigo 11 do substitutivo).

Se essa reforma avançar, o escangalhado sistema atual vai piorar. Minha esperança está no Senado. Não à PEC 45!

*

O que se vê sobre a Mesa da Câmara é um conjunto de aberrações técnicas, econômicas e políticas reunidas num texto inconstitucional.

Monstrengo precisa ser fulminado

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Tarcísio quer apoio de Bolsonaro ao projeto

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), vai procurar Jair Bolsonaro para tentar convencê-lo a mudar de ideia sobre o projeto de **REFORMA TRIBUTÁRIA** em discussão na Câmara. O ex-presidente tem sido a principal voz contrária à reforma, e orientou que seus aliados no PL votem contra o texto apresentado pelo relator, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

Nas eleições passadas, o PL elegeu a maior bancada na Casa, com 99 integrantes.

A ofensiva de Tarcísio ocorre após o governador paulista ter se reunido ontem com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para negociar pontos que emperram o apoio de São Paulo ao texto. Segundo relatos, ambos se comprometeram a negociar um acordo que garanta a aprovação da matéria hoje em 1.º turno na Câmara.

Tarcísio também se encontrou com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e com o presidente do PL, Valdemar Costa Neto.

Nos últimos dias, Tarcísio tem dito a interlocutores ser favorável à reforma, mas que seria necessário fazer "ajustes" para que a proposta tenha o apoio de São Paulo.

Entre outros pontos, o governador questiona a criação de um Conselho Federativo para gerir os recursos arrecadados com o novo imposto que vai reunir o ICMS (de competência estadual) e o ISS (dos municípios).

Ele diz que isso representaria perda de autonomia dos Estados.

Segundo interlocutores, Tarcísio quer mostrar a Bolsonaro que a reforma foi gestada em seu governo. As Propostas de Emenda à Constituição (PECs) 45 e 110 - que são a base da atual reforma - datam de 2019, primeiro ano do mandato de Bolsonaro. Por isso, segundo o relato desses interlocutores, não faria sentido ser contra.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Negociações sobre reforma tributária isolam ex-presidente

A iminente votação da **reforma tributária** expõe um racha entre o ex-presidente Jair Bolsonaro, agora inelegível por decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e os caciques do PL. Se antes as orientações dadas por Bolsonaro à bancada da legenda eram encaradas como "ordem", agora são alvos de resistências do presidente do partido, Valdemar Costa Neto, que não seguiu o pedido feito horas antes pelo ex-presidente aos parlamentares para que se opusessem à reforma. Outro correligionário de Bolsonaro, o governador do Rio, Cláudio Castro, disse ao GLOBO que se manifestará de maneira favorável ao texto.

-O partido ainda vai definir esta questão, mas o meu posicionamento é favorável.

Já coloquei ao PL que o tema é positivo ao Rio e peço para que liberem cada deputado para votar como quiser -afirmou Castro.

De acordo com Valdemar, a questão só será fechada hoje, em reunião entre Bolsonaro e o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Tarcísio já disse, ao lado do ministro Fernando Haddad, concordar 95% com a proposta de **reforma tributária**. A tendência é de que o PL se oponha ao texto, mas libere a sua bancada para votar como quiser - o que contraria a vontade de Bolsonaro.

O líder do PL, Altineu Côrtes (PL-RJ), reafirmou que o partido não fechou questão contra a **reforma tributária** e está aguardando as alterações no texto do relator Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) para tomar a decisão.

Ele contudo, destacou, que apoia o texto.

-Amanhã (Hoje) o governador Tarcísio vai conversar com o presidente Bolsonaro. O governador Tarcísio e o governador Cláudio Castro apresentaram diversas sugestões de mudanças no texto. Portanto, a gente vai aguardá-las para então o partido se reunir e tomar uma decisão. O presidente Bolsonaro não é contra a **reforma tributária**, ele é a favor, mas há pontos que deputados do PL são contrários. Alterando o texto, vamos chegar a uma conclusão final - disse o líder do partido de Jair Bolsonaro Em uma lista de transmissão que reúne deputados do PL e a ala bolsonarista do

Republicanos, o ex-presidente, divulgou uma nota em que critica a proposta.

Ele afirma que o projeto "do PT" vai na contramão do que foi feito em seu governo.

O texto da **reforma tributária** é de iniciativa do próprio Congresso Nacional.

"A atual **Reforma Tributária** do PT vai na contramão do que fizemos. Caso tivesse um mínimo de coerência, o atual governo deveria manter a nossa política econômica que deu certo: menos **impostos**, mais arrecadação", disse o ex-presidente em nota.

Tarcísio avalia que a reforma atual é fruto de um esforço da gestão Bolsonaro.

Ele argumenta, ainda, que Paulo Guedes fomentou o projeto, criou as bases para ele, que foi de uma gestão liberal. O governador afirma que é importante mostrar para a sociedade que a medida começou na administração passada.

Na última terça-feira, o relator da **reforma tributária**, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), afirmou em evento da Confederação Nacional dos Municípios (CMN) que está aberto a críticas, mas que não haverá um texto de consenso.

Em meio à articulação contra a aprovação da proposta no Congresso, ele destacou que a discussão não pode ser contaminada pela política.

- Estamos abertos a construir nesse texto constitucional a melhor solução federativa, a melhor solução política que nos dê conforto e tranquilidade para votar. Mas não vamos ter um texto de consenso.

Não existe isso em uma matéria tão complicada -disse o relator

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Como é hoje e como será o sistema de impostos

*Fábrica de produção de resina PET

Compra matéria-prima para produzir o PET, material usado na fabricação de garrafas, e paga IPI, ICMS, PIS e Cofins (em algumas situações, poderá ter créditos para descontar parte dos **impostos** embutidos no preço da matéria-prima). Contrata serviços e paga ISS, que não pode ser recuperado, PIS e Cofins que nem sempre podem ser devolvidos

COMO É HOJE

Fábrica de garrafa PET

Compra o PET para fabricar a garrafa e paga IPI, ICMS, PIS e Cofins (em algumas situações, poderá ter créditos para descontar parte dos **impostos** embutidos no preço do material). Contrata serviços e paga ISS, que não pode ser recuperado, PIS e Cofins que nem sempre podem ser devolvidos

*

Empresa de envase de água

Extrai a água da fonte mineral e compra garrafas para o envase.

Paga IPI, ICMS, PIS e Cofins (com chance de recuperar parcialmente os **impostos** embutidos no preço das garrafas). Contrata serviços e paga ISS, que não pode ser recuperado, PIS e Cofins que nem sempre podem ser devolvidos

*

Distribuidor

Compra garrafas de água para distribuição. Paga PIS e Cofins e, dependendo do estado, ICMS, (com chance de recuperar parcialmente os **impostos** embutidos no preço das garrafas).

Na venda de garrafa de água, não é cobrado IPI

*

Supermercado

Supermercado compra garrafas de água da

distribuidora. Paga PIS, Cofins e, em alguns estados, ICMS

*

Consumidor final

Compra a garrafa de água no comércio e paga ICMS, além de todos os **impostos** pagos nas etapas anteriores e não recuperados pelas empresas, que são embutidos no preço final do produto

*

COMO VAI FICAR

Fábrica de produção de resina PET

Compra matéria-prima para produzir o PET e paga CBS (fusão dos federais IPI, PIS e Cofins) e IBS (fusão do estadual ICMS e do municipal ISS), mas recebe créditos para descontar **impostos** pagos pelo produtor do insumo.

Contrata serviços e paga CBS e IBS

*

Fábrica de garrafa PET

Compra o PET para fabricar a garrafa e paga CBS e IBS, com direito a crédito para descontar os **tributos** pagos na etapa anterior. Contrata serviços e paga CBS e IBS

*

Empresa de envase de água

Extrai a água da fonte mineral e compra garrafas para o envase. Paga CBS e IBS, mas ganha crédito para descontar os **impostos** pagos nas etapas anteriores. Com isso, paga imposto somente sobre o valor que agregar nesta etapa de produção.

Contrata serviços e paga CBS e IBS

*

Distribuidor

Compra garrafas de água para distribuição. Paga IBS e CBS mas acumula créditos para, na prática, pagar apenas o imposto sobre o valor agregado pelo envase da água

* Supermercado

Supermercado compra garrafas de água da distribuidora. Paga IBS e CBS, mas também terá direito a crédito para descontar os **tributos** pagos nas etapas anteriores

*

Consumidor final

Compra a garrafa de água no comércio e paga todo o IBS e CBS. As alíquotas são expressas na nota fiscal, separadas do preço do produto

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Renda de commodities ainda impulsiona PIB, mas fôlego está no fim

Propiciada principalmente por elevação de cotações internacionais, o aumento da renda gerada pelo setor de commodities explica parcela significativa do bom desempenho do **PIB** brasileiro desde 2020. O impacto total, direto e indireto, do choque positivo recente de renda no setor agropecuário e extrativo resultou em crescimento adicional acumulado de 8% no **PIB** nesse período de três anos até o primeiro trimestre de 2023, num acréscimo médio de 2,4 pontos percentuais ao ano.

A "pujança" do setor de commodities deve ainda favorecer o indicador este ano, mas em 2024 pode haver "impulso negativo de renda relevante" associado a esse setor, com impacto no **PIB** já do ano que vem (ver reportagem abaixo).

Os cálculos e avaliação são de Bráulio Borges, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre) e consultor da LCA Consultores.

Ele usou análise econométrica contrafactual para estimar a trajetória recente do **PIB** supondo que o choque positivo de renda do setor de commodities nos últimos dois a três anos não tivesse ocorrido.

Sem essa contribuição, a estimativa do economista é de que o **PIB** no primeiro trimestre de 2023 estaria 1,2 ponto percentual abaixo do **PIB** do quarto trimestre de 2019, em vez de 6,7 pontos percentuais acima. O último trimestre de 2019 foi considerado como base 100 nessa comparação, diz, por anteceder a pandemia de covid-19 e os choques mais recentes na renda vinda das commodities. 2019 também foi o ano de aprovação da **reforma tributária**. "A recuperação do **PIB** brasileiro teria sido muito menos brilhante do que foi após o choque da pandemia." Borges alerta, porém, que a ajuda das commodities não deve permanecer.

"O recuo de preços internacionais a partir do fim de 2022 e a valorização do câmbio, intensificada em 2023, deverão levar a choque negativo relevante na renda real gerada pelo setor de commodities nos próximos trimestres e em 2024", diz a "Carta do Ibre" de julho, que traz artigo no qual o economista Luiz Guilherme Schymura, também pesquisador do Ibre, comenta o estudo de Borges.

Há muito tempo se nota, aponta Borges, a elevada

correlação entre as variações do **PIB** brasileiro e as oscilações dos preços internacionais das commodities. O Brasil, lembra o economista, é grande exportador líquido de commodities agrícolas e metálicas e, desde 2016, também de petróleo, gás e derivados. "Mas o Brasil tem pouco poder de afetar o preço de várias dessas commodities. Somos tomadores de preços no mercado internacional.

A ideia foi explorar um pouco essa correlação para tentar entender os canais de transmissão para o **PIB** brasileiro." Segundo o estudo de Borges, a renda total gerada pelos setores de commodities no Brasil oscilava em torno de 3% a 3,5% do **PIB** entre 2019 e 2020. Porém, no período que engloba 2021, 2022 e o primeiro trimestre de 2023, esse percentual foi para 7,5% a 8% do **PIB**.

"Mais do que dobrou a renda gerada pelo setor de commodities no Brasil." Ele compara o desempenho com o do chamado superciclo de commodities, de 1999 a 2011, considerando datação feita na literatura internacional. "Nesse período a renda de commodities saiu de cerca de 1% do **PIB** e no seu auge, em 2008, chegou perto de 5% do **PIB**", lembra Borges.

O choque que tivemos agora, compara, também é de cerca de quatro pontos percentuais, mas num período de um a dois anos.

"Houve uma elevação muito expressiva e bastante concentrada no tempo." Para essa análise, Borges traçou a evolução da renda gerada pelo setor de commodities aplicando o indicador de renda associada à exploração de recursos naturais renováveis e não renováveis estimado pelo Banco Mundial para diversos países.

Usando outra métrica bastante correlacionada, embora com apresentação de níveis distintos dos do Banco Mundial, Borges também traçou a evolução da renda gerada pelo setor de commodities usando dados do valor adicionado a preços básicos (VAPB) da agropecuária e da indústria extrativa mineral constantes das contas nacionais trimestrais do IBGE. Nessa análise, a renda saiu de 7% a 8% do VAPB total da economia - que corresponde ao **PIB**, descontados os **impostos** - na média de 2017 a 2019 para perto de 13,5% na média desde o fim de 2020, quando as cotações de commodities começaram a

subir.

No setor agropecuário, destaca, o valor adicionado a preços básicos acumulado em quatro trimestres - a preços do primeiro trimestre de 2023 pelo deflator do **PIB** total - , saiu de média anual de R\$ 400 bilhões a R\$ 450 bilhões anuais de 2011 a 2019 para cerca de R\$ 700 bilhões nos últimos três anos. O dado, explica, considera só a renda primária da agricultura e pecuária e não de toda agroindústria, que inclui a indústria de transformação de alimentos, fertilizantes e serviços, por exemplo.

No setor extrativo-mineral - basicamente petróleo, gás e minério de ferro -, o salto do valor adicionado foi maior, de cerca de R\$ 250 bilhões de renda na média anual de 2018 e 2019 para quase R\$ 500 bilhões nos últimos cinco ou seis trimestres.

Borges lembra que o aumento da renda do setor de commodities tem impacto direto no **PIB**, mas resulta também em transbordamentos indiretos, seja via consumo e investimento, seja em termos financeiros, como queda do risco país, valorização cambial e consequente criação de graus de liberdade à política monetária do país.

A análise contrafactual considerando a trajetória do **PIB** supondo que o choque de renda não tivesse existido mostrou, diz Borges, que o efeito multiplicador da renda gerada pela indústria extrativa é próximo da unidade e sua contribuição para o **PIB** vem quase completamente do efeito direto da mudança na renda. "É um resultado intuitivo, já que o setor é altamente intensivo em capital, tem poucos protagonistas e grande parte da renda é distribuída sob forma de lucro, com parcela relevante, inclusive, remetida ao exterior." As estimativas mostraram que se a renda real do setor extrativo desde 2020 tivesse se mantido no nível de 2017 a 2019, o **PIB** brasileiro no primeiro trimestre de 2023 seria 1,7% inferior ao efetivamente registrado. O pesquisador ressalta que seu modelo é válido só para a renda gerada pela extração de petróleo, gás e minérios e não para os investimentos do setor, que devem ter muitos transbordamentos favoráveis sobre a economia.

"Já no choque de renda na agropecuária há muito transbordamento, o que também faz sentido por ser atividade bem mais pulverizada, com parcela não desprezível de pequenos e médios produtores, que emprega muita mão de obra, levando a giro mais intenso do dinheiro e a impactos sucessivos na demanda." O estudo mostra que após o efeito direto inicial, o choque de renda na agropecuária continua a aumentar ao longo do tempo, atingindo impacto máximo cerca de cinco trimestres depois do momento inicial e com multiplicador próximo de 2, o que resulta

em efeito maior no **PIB**. Caso a renda real do setor tivesse se mantido no nível de 2017 a 2019, diz Borges, o **PIB** hoje seria quase 6% inferior ao nível efetivo no começo de 2023.

A renda gerada pelos setores de commodities, avalia, aponta para um fenômeno muito mais explicado por "sorte" do que "mérito", já que tanto no caso do setor agropecuário como no do extrativo, os volumes produzidos de 2020 a 2022 cresceram menos do que o **PIB** total de igual período.

"Em 2023, sim, há grande crescimento de volumes, mas de 2020 a 2022 foram os preços relativos que subiram muito, seja porque o câmbio depreciou, com mudança de patamar desde 2020, seja porque tivemos alta expressiva de cotações internacionais de commodities entre meados de 2020 até fim de 2022. Ou seja, boa parte do salto da renda aconteceu por preço e não por quantidade." Para quadro à frente, porém, diz Bráulio, há valorização cambial mais recente, com dólar que passou de R\$ 5 a R\$ 5,50 ao fim do ano passado para cerca de R\$ 4,80 agora.

Isso, somado, à queda de preços de commodities traz perspectiva de queda de renda de commodities , em Reais, para o resto de 2023 e também para 2024. Pelos cálculos de Borges, o valor adicionado a preços básicos do setor agropecuário, que atingiu R\$ 727 bilhões em 2021 e R\$ 676 bi em 2022, deverá recuar a R\$ 630 bilhões em 2023 e R\$ 625 bilhões em 2024, a preços do primeiro trimestre de 2023 pelo deflator do **PIB** total. Na indústria extrativa-mineral, o valor adicionado deverá sair de R\$ 454 bilhões em 2021 e R\$ 463 bilhões em 2022 a R\$ 365 bilhões em 2023 e R\$ 350 bilhões em 2024.

Os cálculos, diz, foram conservadores ao considerarem, entre outras premissas, dólar a R\$ 5. O choque de renda negativo deve vir também da evolução de preços relativos, diz. Nas projeções de **PIB**, ele considera aumento no volume da agropecuária de 12,5% este ano e 2% em 2024, mas com queda de preços de 10% em 2023 e alta de apenas 2% em 2024. Já o setor extrativo mineral deve crescer em volume 4,5% e 5%, respectivamente, em 2023 e 2024, mas com queda respectiva de preços de 21% e 4%.

Para Borges, uma nova elevação na renda de commodities fica para horizonte de médio e longo prazos, puxada mais por volume do que preços. Ele cita perspectiva de que a produção de petróleo e gás no Brasil cresça quase 80% até 2031, considerando projetos em execução e reservas já conhecidas. Também lembra que a nova "corrida pelo ouro" associada à transição energética mundialvem impulsionando a demanda pelos chamados minerais

críticos para eletrificação, com lítio, cobre e níquel, para os quais já há no Brasil iniciativas para início de exploração.

"Reco de preços e valorização do câmbio deverão levar a choque negativo relevante na renda nos próximos trimestres" Luiz Guilherme Schymura

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Renda de commodities ainda impulsiona **PIB**, mas fôlego está no fim

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187595>

Republicanos, União e PL sinalizam apoio à reforma

Republicanos, PL e União Brasil sinalizaram nessa quarta-feira (5) que poderão dar um número considerável de votos a favor da **reforma tributária**, depois que prefeitos e o governador de São Paulo, Tarcísio Gomes de Freitas (Republicanos), intensificaram a atuação em favor da proposta. A base do governo também se mobilizou, reforçando o cenário mais otimista para a apreciação do relatório do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), que ontem à noite passava por ajustes para conquistar mais adesões.

As movimentações ocorreram um dia após o Executivo autorizar a liberação de R\$ 2,1 bilhões em emendas parlamentares, maior valor empenhado em um só dia desde o início do ano. O objetivo do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), é aprovar o projeto em plenário até sexta-feira.

Tarcísio começou o dia na pasta da Fazenda, onde se reuniu com o ministro Fernando Haddad.

Na saída, afirmou que concordava com 95% da proposta de **reforma tributária**. "São Paulo vai ser um parceiro na aprovação da reforma", declarou a jornalistas ao lado do ministro. "Nossos pontos são fáceis de ser ajustados." Ele voltou a defender uma "melhor governança" do Conselho Federativo proposto na reforma, e defendeu que as regras entrassem já na proposta de emenda constitucional (PEC) em discussão - e não depois, em lei complementar. O conselho vai cuidar do novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), uma unificação de ISS e ICMS, respectivamente **tributos** municipal e estadual.

Tarcísio e outros governadores defendiam uma espécie de compensação para evitar perdas de receita, mas passaram a aceitar que as regras de funcionamento do conselho possam garantir um maior equilíbrio no processo decisório.

"Se eu tenho uma governança mais frouxa, preciso da arrecadação mais na mão do Estado", disse Tarcísio, afirmando que é necessária uma governança "mais representativa".

Segundo ele, a proposta de implantação de uma câmara de compensação "é uma alternativa", mas não seria necessariamente "um cavalo de batalha". "À medida que melhorarmos a governança, podemos

partir para uma administração mais descentralizada.

Se a governança for pior, faz sentido trabalharmos com uma câmara de compensação. Acho que tem a concordância do governo em relação a isso." Já Haddad destacou que, embora Tarcísio tenha feito "várias ponderações", o governador também "se manifestou a favor da reforma", mesmo com São Paulo tendo "desafio no curto prazo".

Nas reuniões, Tarcísio participou de reuniões com lideranças de outros partidos. No PL, legenda do ex-presidente Jair Bolsonaro, encontrou-se com o presidente da sigla, Valdemar Costa Neto. A cúpula do PL e uma ala mais moderada da legenda, que tem 99 deputados, preferem negociar mudanças no texto a tentar inviabilizar a reforma.

Há a possibilidade de o partido liberar a bancada a votar como quiser, caso o relator atenda a pedidos dos governadores e faça ajustes em seu parecer. "A gente se manifestou contra o texto original.

Se mudarem o texto de acordo com o que os governadores estão falando, e se a gente perceber que houve avanço no texto, pode haver uma sensibilidade de parte da bancada de apoiar", afirmou o líder do PL, deputado Altineu Côrtes (RJ).

Após Tarcísio demonstrar apoio ao avanço da **reforma tributária** em caso de mudanças no parecer do relator, a bancada federal de seu partido, o Republicanos, decidiu fechar questão a favor da proposta. O governador de São Paulo disse aos correligionários ver "a possibilidade concreta" de a matéria avançar no plenário da Câmara. Como resultado, o partido, que tem 40 deputados em exercício, declarou apoio integral à proposta.

"Fechamos questão. Obviamente, alguns pontos técnicos que o governo apresentou, se forem atendidos pelo relator, nós iremos apoiar incondicionalmente a reforma", disse o presidente nacional do partido e primeiro vice-presidente da Câmara, Marcos Pereira (SP).

No fim do dia, o líder do União Brasil na Câmara, deputado Elmar Nascimento (BA), afirmou que a bancada, composta por 59 deputados, se posicionará a favor da **reforma tributária**. "Nada de neutro, não.

Vamos apoiar", disse.

Ele não quis cravar quantos parlamentares apoiarão o projeto, que sofre resistências do governador de Goiás, Ronaldo Caiado, filiado à sigla.

Em reunião com a bancada do partido, o relator reiterou a disposição em fazer ajustes no texto para atender às demandas dos entes federativos. No parecer, Aguinaldo também fez mudanças em outros pontos, como na regra do chamado cashback, para especificar que a política buscará a "redução das desigualdades de renda, gênero e raça".

A Confederação Nacional dos Municípios (CNM), que representa 5.202 cidades, divulgou um manifesto segundo o qual 98% das prefeituras do país terão aumento de receita nos próximos 20 anos com a aprovação do projeto. A posição contrasta com a posição da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP), que reúne gestores de capitais e grandes cidades, e na terça-feira promoveu mobilização em Brasília para pedir que os deputados votassem contra a proposta.

"Não é verdade que os municípios perderão autonomia e bilhões em arrecadação. Ao contrário, os municípios terão total autonomia garantida pela Constituição na definição de alíquota própria para arrecadar o IBS, com a possibilidade de tributar todo consumo de bens e serviços no seu território", diz a CNM.

Aguinaldo Ribeiro acatou sugestões da CNM, como permitir a atualização do IPTU por decreto, e a incidência de IPVA sobre veículos aquáticos e aéreos, além da paridade de forças entre governadores e prefeitos no Conselho Federativo do IBS.

À noite, a Fiesp divulgou nota manifestando apoio à aprovação da proposta: "Apoiamos com convicção essa causa, porque ela é boa e necessária para o país."

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187595>

Novo parecer cria cesta básica com desoneração total do IVA

O novo texto substitutivo da **reforma tributária**, apresentado pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) na noite de quarta-feira, mantém apenas três alíquotas para o futuro Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) e os fundos estaduais em R\$ 40 bilhões por ano. As principais mudanças são a criação da "cesta básica nacional", com desoneração completa do imposto, e a previsão de que a transição do IVA nacional (CBS) e subnacional (IBS) começará ao mesmo tempo, em 2026. Na versão anterior, o IBS só iniciaria em 2029.

Ribeiro ressaltou em plenário que ainda modificará o texto da proposta de emenda constitucional (PEC) até a votação, que deve ocorrer nesta quinta, para incorporar acordos já negociados e outros que estão em tratativas.

Ele destacou que serão acolhidas mudanças acertadas entre a bancada do Amazonas com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para garantir a manutenção dos benefícios da Zona Franca de Manaus, e que está conversando com o setor de turismo para "encontrar uma solução com responsabilidade" que evite o aumento da carga tributária para essas atividades e também para os motoristas de aplicativo.

Segundo Ribeiro, as regras do Conselho Federativo e de divisão do fundo de desenvolvimento regional estão sendo escritas e constarão do projeto que será votado.

Outro ponto que estará na PEC é a distribuição automática da cota-parte dos municípios.

O relator não acolheu a pressão do agronegócio por redução maior na alíquota do IVA. A produção do setor terá redução de 50% na taxa, mas a bancada ruralista pedia 80% - uma tentativa, nos bastidores, de conseguir redutor de 70%. Ele argumentou que a carga tributária do setor já está equalizada e que, se diminuir mais a taxa, terá que fazê-lo também com educação e saúde, o que obrigaria a elevar a alíquota padrão do IVA.

Por outro lado, atendeu pedido do segmento para elevar o teto de faturamento do regime de crédito presumido que será criado para os produtores rurais, de R\$ 2 milhões por ano para R\$ 3,6 milhões.

O relator criou ainda a "cesta básica nacional", com

desoneração total do imposto, mas cujos itens constarão apenas da futura lei complementar. "Estamos colocando no texto para que ninguém fique inventando alíquota para dizer que vamos pesar a mão sobre o pobre", discursou em plenário o relator. O risco político, neste caso, é que as pressões levem à aprovação de uma extensa lista de itens - a cesta básica, atualmente, possui mais de 1,3 mil produtos.

Conforme antecipou o Valor, o relator também especificou melhor o público-alvo do "cashback" (devolução de **impostos**).

Segundo o texto, esta política terá o objetivo de "reduzir as desigualdades de renda, gênero ou raça". Os detalhes sobre valores, beneficiários e sistemática também ficarão para lei complementar.

Inicialmente, essa proposta iria substituir a desoneração da cesta básica, mas a ideia não teve apoio suficiente.

Ribeiro ainda incluiu que o Sistema Tributário Nacional terá como um de seus princípios a "defesa do meio ambiente". Esse ponto constava do relatório divulgado pelo grupo de trabalho, mas ficou de fora da versão inicial da PEC e entrou ontem. Também foram incluídos no novo parecer um regime específico para as cooperativas e que os produtos ligados à saúde menstrual e dispositivos médicos para pessoas com deficiência terão redutor de 50% na alíquota do IVA.

O texto muda a transição para o contribuinte. Antes, o IVA federal começaria em 2026, com alíquota de teste de 1%, enquanto o IVA subnacional teria início só em 2029. Na nova versão, ambos entrarão em vigor a partir de 2026, com alíquota federal de 0,9% e subnacional de 0,1%. Esses 0,1% serão utilizados para custear o Conselho Federativo e compor o fundo para compensar perdas com benefícios do ICMS.

O IVA federal entrará em funcionamento total já a partir de 2027, quando ocorrerá a extinção do PIS, Cofins e IPI. O IVA subnacional terá transição mais suave do que na versão anterior da PEC: alíquota de 9/10 do total em 2029, 8/10 em 2030, 7/10 em 2031 e 6/10 em 2032. O ICMS e ISS seriam extintos em 2033, com a alíquota cheia do IVA subnacional aplicada. (RDC e MR)

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187595>

Maior afronta ao pacto federativo , diz Caiado sobre reforma tributária

No início da semana, os governadores pareciam bem contrariados com o texto da **reforma tributária**. Ontem, porém, o paulista Tarcísio de Freitas (Republicanos), o fluminense Cláudio Castro (PL) e outros que são considerados oposição ao governo federal se declararam favoráveis à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). A principal resistência vem hoje do governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União).

Eu cumpri uns seis mandatos no Congresso Nacional e jamais vi tamanho desrespeito federativo e nunca imaginei que o Congresso se propusesse a votar matéria tão desrespeitosa aos entes federados , reclamou Caiado à coluna.

O governador mantém várias críticas ao texto da reforma. A pessoa que optou pelo Simples sobrevive porque paga 3% de imposto. Mas e a média e pequena empresa que ficam fora do Simples, como vão pagar 35%? , questiona, referindo-se à alíquota prevista no novo sistema de **impostos**.

Caiado cita também o encarecimento do custo de vida como outra consequência ruim. Esse é um país que tem diferenças regionais enormes e condições sociais totalmente diferentes. Como aumentam a carga tributária em cesta básica? .

Ele não concorda com os que andam dizendo que é melhor a atual reforma, mesmo não sendo ideal, do que o sistema de **impostos** que está vigente.

Isso é a maior mentira. O texto serve para concentrar poderes em Brasília, com a criação desse tal comitê federativo , reclama o governador goiano. É maior ataque que os entes federados já sofreram. Tira o poder de arrecadação e concentra em Brasília. É uma afronta à Constituição Brasileira .

Aos seus colegas governadores que anunciaram publicamente apoio à **reforma tributária**, ele lança uma questão: Gostaria de que eles respondessem uma única pergunta: qual será a alíquota final? Se algum deles souber me responder isso, gostaria que incluísse no texto constitucional , provoca.

Apesar de todas as objeções, Caiado não duvida que se realmente houver votação da PEC da **reforma tributária** hoje, como está previsto, a matéria possa

ser aprovada. Não se pode menosprezar a estrutura toda que está sendo mobilizada para a aprovação , reconhece. E lamenta que o Congresso não tenha oradores que consigam traduzir em palavras os prejuízos que o texto legal pode causar.

Site: <https://noticias.uol.com.br/colunas/chico-alves/2023/07/06/maior-afronta-ao-pacto-federativo-diz-caiado-sobre-reforma-tributaria.htm>

Relator diz que parecer da tributária incluirá mudanças a municípios e Zona Franca de Manaus

Brasília

O relator da **reforma tributária**, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), afirmou na noite desta quarta-feira, 5, que ainda incluirá em seu relatório mudanças relacionadas à Zona Franca de Manaus e a demandas dos municípios. O deputado apresentou uma nova versão de seu parecer na noite desta quarta. Esses acordos, contudo, foram feitos de última hora e, por isso, não constam do texto.

Aguinaldo disse que o acordo para a Zona Franca foi feito com a bancada do Amazonas no Congresso, mas não deu detalhes. O relator disse que a versão final do parecer incluirá a determinação para que a distribuição da cota-parte dos municípios no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá o ICMS e o ISS, seja automática.

No plenário da Câmara, o relator voltou a dizer que a **reforma tributária** não tem viés político e é, em vez disso, uma proposta de País. Após impasses com governadores, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), iniciou na noite de hoje a discussão da proposta no plenário da Casa. A expectativa é que a votação ocorra nesta quinta-feira, 6.

A Mesa Diretora da Câmara cancelou todas as reuniões de comissões temáticas e Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI), além de sessões solenes, ao longo desta semana para que os parlamentares se dediquem às votações da pauta econômica. Além disso, para pressionar os deputados a irem para Brasília, a marcação remota de presença foi suspensa.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-contenido/2023/07/06/relator-diz-que-parecer-da-tributaria-inclui-mudancas-a-municipios-e-zona-franca-de-manaus.htm>

Lira diz que honrará acordo com Tarcísio sobre Conselho Federativo e fará alterações no FDR

Brasília

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou no final da noite desta quarta-feira, 5, que honrará no relatório da **reforma tributária** o acordo estabelecido com o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), sobre mudanças na composição do Conselho Federativo. Ele reforçou que questões sobre o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) também passarão por modificações.

Eu queria ratificar que o texto lido é o relatório publicado na última versão preliminar, que nós vamos no dia de amanhã (quinta-feira), principalmente na parte da manhã, honrar os acordos que foram feitos com o acordo do Conselho Federativo, acordo construído pelo governador Tarcísio de São Paulo, com os outros governadores, o relator (Aguinaldo Ribeiro) e a Economia (equipe econômica) para dar o caráter de transparência, de governança, de órgão de Estado, disse Lira durante sessão de debate da reforma em plenário.

Ele também ressaltou que haverá mudanças no FDR. Para que fique claro: esse texto será alterado. Será discutido e alterado o texto do Fundo de Desenvolvimento Regional, disse. O novo relatório da **reforma tributária** foi divulgado nesta quarta-feira pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

O texto, no entanto, deixou de fora do parecer ajustes pedidos por Estados sobre atribuições e configurações do Conselho Federativo - órgão que será o responsável pela arrecadação do novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) -, assim como a divisão dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), bancados pela União e que buscam compensar Estados e municípios com o fim da chamada guerra fiscal no País.

Pela proposta original do relator, o Conselho, responsável por centralizar, gerir e distribuir entre os Estados e os municípios a arrecadação do Imposto IBS - que, com a reforma, vai substituir o ICMS (estadual) e o ISS (municipal) -, seria formado por 26 representantes de municípios e 26 representantes de Estados mais o Distrito Federal.

Estados como São Paulo criticaram a forma de composição e defenderam que o órgão levasse em conta o tamanho da população, o que desagradou Estados do Norte e Nordeste. As atribuições do Conselho de centralizar a arrecadação e a gestão dos **tributos** também foram alvo de ataques, já que alguns entes entenderam que a proposta tira autonomia dos Estados e gera uma concentração de poder excessiva no órgão.

A divisão dos recursos do FDR também gerou divergências. Enquanto Estados como São Paulo defendem a repartição dos recursos com base no número de beneficiários de programas sociais, outros governadores avaliam que o principal critério deva ser o **PIB** invertido (por meio do qual Estados mais pobres ganham mais recursos).

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2023/07/06/lira-diz-que-honrara-acordo-com-tarcisio-sobre-conselho-federativo-e-fara-alteracoes-no-fdr.htm>

Dólar tem leve alta após ata do Fed e com expectativa por votação da reforma tributária

SÃO PAULO (Reuters) - O dólar tinha leve alta frente ao real nos primeiros negócios desta quinta-feira, com investidores ainda repercutindo a ata da última reunião de política monetária do Federal Reserve em meio a expectativas pela votação da **reforma tributária** na Câmara dos Deputados.

Às 9:11 (horário de Brasília), o dólar à vista avançava 0,21%, a 4,8618 reais na venda.

Na B3, às 9:11 (horário de Brasília), o contrato de dólar futuro de primeiro vencimento subia 0,25%, a 4,8840 reais.

Na véspera, o dólar à vista fechou o dia cotado a 4,8516 reais na venda, com alta de 0,24%.

O Banco Central fará neste pregão leilão de até 16 mil contratos de swap cambial tradicional para fins de rolagem do vencimento de 1º de agosto de 2023.

(Por Luana Maria Benedito)

Notícias Relacionadas:

PORTAL TERRA
Dólar tem leve alta após ata do Fed e com expectativa por votação da **reforma tributária**

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2023/07/06/dolar-tem-leve-alta-apos-ata-do-fed-e-com-expectativa-por-votacao-da-reforma-tributaria.htm>

Bolsonaro pede a deputados que votem contra a reforma tributária

Brasília

**/
Do R7, em Brasília**

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) divulgou nota, na noite desta quarta-feira (5), em que pede a deputados que votem contra a proposta de emenda à Constituição (PEC) da **reforma tributária**. Como justificativa, Bolsonaro alega que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) "diz ter orgulho de ser comunista, que na Venezuela impera a democracia, [e] é amigo de Ortega, que prende padres e expulsa freiras".

O ex-presidente afirma também que Lula teria comemorado a sua inelegibilidade. "Só por isso, caso fosse deputado, votaria ao longo de todo o meu mandato contra tudo que viesse do PT", justifica o ex-presidente. (Veja a íntegra da nota ao fim da reportagem) .

Compartilhe esta notícia no WhatsApp

Compartilhe esta notícia no Telegram

O apelo de Bolsonaro vem no mesmo dia em que o líder do PL na Câmara dos Deputados, Altineu Côrtes, afirmou que a movimentação do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), "está sensibilizando a bancada do PL" e pode contrariar a primeira orientação de voto contra a proposta de **reforma tributária**. O PL é o maior partido da Câmara, com 99 parlamentares. Uma das possibilidades ventiladas nos bastidores da Casa é a liberação da bancada para a votação da proposta.

Tarcísio de Freitas vai se reunir com Bolsonaro nesta quinta-feira (6), na véspera da votação da matéria no plenário. Apesar de afirmar que não tem a intenção de convencer o ex-presidente a apoiar o texto, a movimentação é vista como uma forma de atrair votos favoráveis dos parlamentares do PL.

"Eu vou trazer argumentos que me fizeram acreditar na **reforma tributária**. O presidente tem uma larga experiência, é uma grande liderança, quem sou eu para convencer alguém de alguma coisa. Eu só vou

colocar aquilo que estou enxergando na reforma", disse, após reunião com a bancada do Republicanos.

O Republicanos decidiu apoiar o texto da **reforma tributária**. No entanto, a legenda condicionou o apoio a alterações no texto. Tarcísio de Freitas encabeça uma tentativa de costurar um acordo político para mudar trechos do texto que ele considera desvantajosos para estados e municípios.

" Não à **Reforma Tributária**.

Lula se reúne com o Foro de SP (criado em 1990 por Fidel Castro, Lula, FARC, ...), diz ter orgulho de ser comunista, que a Venezuela impera a democracia, é amigo de Ortega que prende padres e expulsa freiras, seu partido fez ferrenha oposição a nós por 4 anos e comemorou a minha inelegibilidade.

Só por isso, caso fosse deputado, votaria ao longo de todo o meu mandato contra tudo que viesse do PT.

Esse partido não se preocupa com povo e com a família, não respeita a propriedade privada, defende bandidos, desarma o cidadão de bem ...Apenas deseja o poder absoluto a qualquer preço.

Não podemos apoiá-los em nada. Nos roubar a liberdade e nos escravizar é sua meta.

Do exposto, a todos aqueles que se elegeram com nossas bandeiras de "Deus, Pátria, Família e Liberdade", peço que votem contra a PEC da **Reforma Tributária**.

Jair Bolsonaro ."

Site: <http://noticias.r7.com/brasilia/bolsonaro-pede-a-deputados-que-votem-contra-a-reforma-tributaria-06072023>

Revisão do Mercosul já passa da hora (Editorial)

O Mercosul não poderia ter sido mais transparente sobre o quão "atrapado" está em suas próprias mazelas como na sua reunião de cúpula em Puerto Iguazú, na Argentina, encerrada no último dia 4.

O documento final do encontro refletiu a dificuldade de o bloco tratar suas pendências históricas como união **aduaneira** e iniciar a urgente revisão de seus instrumentos para adequar-se às circunstâncias do comércio global.

Nas entrelinhas, lê-se a urgente necessidade de sua profunda revisão.

O bloco não se esquivou somente de encarar seu processo de integração. Ao omitir diretivas sobre a conclusão do acordo com a União Europeia, a guinada que o pequeno Uruguai pretende impor aos sócios ao negociar com a China e a condenação ao regime autocrático da Venezuela, o texto final evidenciou o dissenso em temas cruciais. Perdido em solilóquios nacionais, o Mercosul abandona-se à progressiva fragilidade e ao questionamento de sua relevância.

A ausência, pela quarta vez, da assinatura do presidente do Uruguai, Luis Lacalle Pou, no documento final foi emblemática.

Não refletiu somente sua contrariedade com o veto dos outros três sócios à negociação do livre-comércio entre seu país e a China. Antes, expressou o mal-estar de um parceiro considerado desde sempre como "menor" com a integração comercial há décadas emperrada. O Uruguai, ao contrário de seus parceiros, se indaga sobre o quão válido é o Mercosul para o interesse nacional.

Ao sublinhar em seu discurso o fato de que os setores automotivo e açucareiro continuam excluídos do Mercosul, o presidente Lula da Silva tocou em uma negligência histórica. Não é a única. O comércio dentro do bloco não alcançou até hoje a fluidez imaginada em 1995, quando as regras do livre-comércio e da união **aduaneira** começaram a ser adotadas. Medidas técnicas escamoteiam o protecionismo entre os sócios.

Mas é na união **aduaneira** a maior fragilidade do Mercosul. A Tarifa Externa Comum (TEC), aplicada aos bens importados de países fora do bloco, foi

relevante para a construção de um mercado cativo, em especial para a indústria brasileira. Mas, se no passado era comparada a uma peneira, tantas as brechas, agora não passa de um mecanismo ficcional. Em 28 anos, nunca houve uma reavaliação profunda para adequá-la aos atuais processos produtivos e comerciais. Exceções e reduções unilaterais das alíquotas levam à conclusão de que há quatro TECs nacionais.

O instrumento serve apenas como referência ilusória para as negociações de livre comércio, como o acordo com a União Europeia posto em xeque agora por Lula.

O pacto é alvo de agressivos ataques do presidente Lula da Silva, que se agarrou à "inaceitável" proposta europeia sobre meio ambiente como meio de reverter a liberalização do mercado de compras governamentais. Lula assumiu a presidência do Mercosul neste semestre com a promessa de uma resposta "contudente" a Bruxelas. Não há uma palavra no documento de Puerto Iguazú sobre a gritaria brasileira.

Capítulo à parte, o tratamento do Mercosul ao regime venezuelano manteve-se incólume no documento final - apesar do empenho de Lula em trazer Caracas de volta à mesa dos sócios plenos. O país continua suspenso por suprimir a democracia e o Estado de Direito. Certo é que Lula foi mais comedido ao tratar da Venezuela e não se arriscou a repetir o que entende por democracia "relativa". A moderação não o eximiu de contestações pelos demais líderes por sua defesa ao regime de Maduro.

Em Puerto Iguazú, celebraram-se os 25 anos da Cláusula Democrática do Mercosul - evocada para a suspensão da Venezuela. Tratou-se de um avanço simbólico do bloco em sua agenda além do comércio, que inclui o reconhecimento de diplomas e da contribuição previdenciária e uma infinidade de temas de cooperação. Não há dúvidas de que esse acervo de compromissos do mercado comum deve ser mantido e ampliado. Mas cabe aos quatro sócios atacar de uma vez por todas, e o quanto antes, as mazelas da integração comercial. Do contrário, o risco é de se perder tudo.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Bodes fora da sala (Editorial)

Aprovado pelo Senado para ocupar a diretoria de Política Monetária do Banco Central, Gabriel Galípolo, uma indicação do governo petista, mostrou sensatez ao ser sabatinado pelos parlamentares.

Não esboçou nenhum sinal de confronto com o atual comando do BC nem de inclinação a experimentalismos heterodoxos. Ex-número dois de Fernando Haddad na Fazenda, preferiu expor os progressos que considera terem sido obtidos pela atual gestão.

Em sua lista, incluiu a valorização da moeda nacional ante o dólar, a queda das previsões para o déficit orçamentário, a iminente aprovação de uma nova regra fiscal, a alta dos prognósticos para a expansão do **PIB** e os recuos da **inflação** e da taxa de juros esperada.

E tudo verdade, mas cumpre observar que boa parte da melhora se deu sobre expectativas que haviam se deteriorado após a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e seus ataques ao controle da despesa pública e à autonomia do BC.

Os humores mudaram com o cenário internacional mais favorável, a safra agrícola recorde e a constatação de que, a despeito do falatório do presidente da República, as piores ideias econômicas petistas não têm prosperado -é o proverbial bode retirado da sala.

O Congresso logo fez saber que não avançariam eventuais tentativas de mudar a governança da política monetária e reverter reformas dos últimos anos. Do mesmo modo, barrou-se a investida estatista do Palácio do Planalto contra o marco legal do saneamento.

Especulações sobre aumento das metas de **inflação**, insufladas por Lula, foram deixadas de lado. O recurso ao Judiciário para enfraquecer a privatização da Eletrobras, até aqui, deu em nada. O programa anacrônico de apoio à indústria automobilística teve suas dimensões limitadas.

As teses gastadoras e inflacionistas parecem circunscritas ao BNDES. Em vez disso, Haddad e sua equipe se dedicaram à prioridade correta de fazer avançar a nova regra de contenção de gastos.

É nesse ponto, entretanto, que a listagem otimista de Galípolo merece a principal ressalva. Apesar de

alguma queda recente, as expectativas mais consensuais ainda são de déficits orçamentários elevados neste ano e no próximo, além de alta contínua da dívida pública, hoje já equivalente a excessivos 73,6% do Produto Interno Bruto.

O governo Lula, portanto, ainda tem muito a fazer para desarmar o principal obstáculo à queda célere dos juros e ao crescimento da economia brasileira. Se sua regra fiscal não conquistar credibilidade maior, será mais difícil - e suscetível às intempéries do cenário internacional- tornar duradoura a atual melhora de humores.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50329>

Fed reforça tom duro em ata e pressiona juros globais

Gabriel Caldeira, Igor Sodré, Letícia Simionato e Victor Rezende De São Paulo

A ata da decisão de política monetária de junho do Federal Reserve (Fed) escancarou uma divisão entre os dirigentes do banco central dos EUA sobre a condução dos juros à frente. Embora o comitê tenha mantido as taxas paradas no intervalo entre 5% e 5,25% no mês passado, "alguns" dirigentes foram favoráveis a um aumento nos juros. O mercado continua a se preparar para um movimento adicional de aperto nas próximas semanas, mas, diante de uma atividade resiliente e da visão do Fed de que a **inflação** está "inaceitavelmente alta", os juros americanos de longo prazo dispararam e voltaram a se aproximar de 4%.

Dados do CME Group apontam que, após a divulgação da ata, a probabilidade de elevação de 0,25 ponto percentual nos juros neste mês estava em 88,7%, contra 11,3% de chance de manutenção das taxas na próxima reunião. Para a reunião de setembro, porém, o mercado continua a embutir nos preços dos ativos chance majoritária de taxas paradas entre 5,25% e 5,5%.

No mercado de Treasuries, a ata deu impulso adicional aos rendimentos. No fim do dia, a taxa da T-note de dois anos subiu de 4,925% para 4,955%, enquanto o retorno da T-note de dez anos avançou de 3,859% para 3,937%.

De acordo com a ata da decisão, "alguns participantes indicaram ser favoráveis a um aumento dos juros em 0,25 ponto nesta reunião ou que poderiam ter apoiado essa proposta". O documento, assim, mostra uma divisão no comitê na medida em que o fim do ciclo de aperto dos juros pode estar próximo.

A ata mostra, nesse sentido, que alguns dirigentes mais conservadores teriam argumentado que o mercado de trabalho continua bastante aquecido e que há poucos sinais claros de que a **inflação** caminha em direção à meta de 2%.

Nesse sentido, a ata mostrou, ainda, que, diante das incertezas relacionadas às perspectivas econômicas e do efeito defasado da política monetária, "muitos" dirigentes defenderam "moderação" no ritmo de elevação dos juros.

"A ata soou notavelmente semelhante à retórica agressiva do presidente do Fed, Jerome Powell, em suas últimas declarações - uma pausa em junho foi necessária (e praticamente unânime), mas a política monetária está mais dependente do que nunca dos dados neste momento", afirma o chefe global de economia e estratégia de mercados do banco britânico NatWest, John Briggs.

Ele, inclusive, avalia que a mensagem do Fed não é "completamente alinhada". "Se você está esperando pelos dados e precisa de tempo para ver como as altas anteriores nos juros repercutiram na economia e acha que uma pausa é uma boa ideia, por que falar incansavelmente que há mais a fazer, que a **inflação** está muito alta e o mercado de trabalho muito apertado?", questiona o estrategista.

Briggs nota, em relatório enviado a clientes, que os juros de longo prazo foram os principais afetados pela retórica mais dura do Fed, com a taxa de dez anos já próxima de 4%, ao mesmo tempo em que os juros de curto prazo também subiram, mas em ritmo bem mais contido.

"Faz mais sentido agora esperar os dados principais", afirma.

O tom mais conservador emitido pela ata fez, ainda, com que as bolsas em Nova York terminassem o dia em queda. Em Wall Street, o índice Dow Jones recuou 0,38%, enquanto o S P 500 perdeu 0,20%. Já o índice eletrônico Nasdaq terminou a sessão em queda de 0,18%.

Cabe notar, ainda, que o tom duro do Fed e a mensagem de que os juros permanecerão elevados promoveu uma correção no mercado de Treasuries, já que as taxas de longo prazo foram mais pressionadas do que as curtas. Mesmo assim, a "inversão da curva", fenômeno que costuma preceder recessões e que se caracteriza com juros de curto prazo mais altos que os longos, se mantém expressiva. A diferença entre as taxas de dez anos e as de dois anos nos EUA está negativa em mais de 1 ponto - a inversão mais intensa em 40 anos, o que emite alerta sobre o desempenho futuro da economia americana.

Na avaliação do gestor Filipe Santa Fé, da ASA

Investments, na medida em que a **inflação** corrente segue com dificuldades de entregar o progresso esperado pelos bancos centrais, os juros de curto prazo tendem a ficar mais pressionados.

Assim, com o tom duro do Fed e de outros bancos centrais, o mercado "continua reprecificando os ciclos de alta no curto prazo".

Com os juros em nível elevado nos EUA, os mercados embutem nos preços desaceleração da economia à frente. "O que é difícil é saber em quanto tempo exatamente isso vai acontecer", diz Bernard Tamler, gestor de mercados internacionais da Gap Asset. "A curva de juros americana só vai voltar a ficar positivamente inclinada, ou seja, com os juros de dez anos acima das taxas de dois anos, quando o Fed começar a cortar os juros ou se o mercado antecipar de uma forma mais contundente cortes de juros." Nesse sentido, Santa Fé, da ASA Investments, nota que os mercados devem continuar a monitorar de perto os dados de atividade, que já não têm agradado os investidores.

O mercado "segue ainda bastante preocupado com indicadores de atividade de maneira geral, já que China e Europa estão surpreendendo negativamente".

Já nos EUA, a resiliência da economia tem surpreendido até mesmo o banco central. Na ata, a equipe de economistas do Fed ainda espera por uma recessão leve - diferente da projeção de crescimento mais lento dos dirigentes do Fed -, mas ressalta que a possibilidade de se evitar uma recessão é "quase tão provável quanto o cenário-base".

"Ata soou notavelmente semelhante à retórica agressiva de Powell" John Briggs

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187595>